



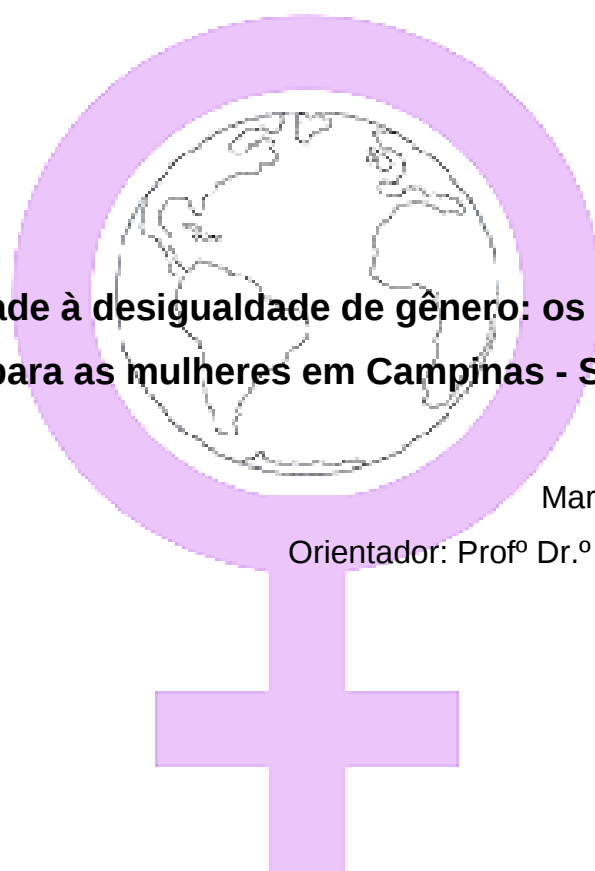
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**Da vulnerabilidade à desigualdade de gênero: os territórios hostis
para as mulheres em Campinas - SP**

Maria Júlia Buck Rossetto

Orientador: Profº Dr.º Vicente Eudes Lemos



Campinas, 2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**Da vulnerabilidade à desigualdade de gênero: os territórios hostis
para as mulheres em Campinas - SP**

Maria Júlia Buck Rossetto

Orientador: Prof^o Dr.^o Vicente Eudes Lemos Alves



Trabalho de Conclusão de Curso de Maria Júlia Buck Rossetto, elaborado sob a orientação do Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves, como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Campinas, 2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rita e Julio pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Exemplos de sabedoria, serenidade, coragem e força. Meus eternos amores, meus maiores motivos de orgulho. Vencedores diários da batalha da vida. Amo vocês eternamente. Sem vocês, essa realização não seria concretizada.

À minha família, avós, tios e primos por sua capacidade de acreditar e investir em mim, transbordando carinho e amor. Esteja onde estiver, meu coração estará sempre com minha família onde o amor e o apoio são sinceros e inesgotáveis.

A Nina, companhia temperamental que mesmo com minhas ausências, sempre me ofereceu carinho, aconchego e boas risadas. Nela, a materialização de lealdade, inocência, amor e alegria. Para mim, doze anos com a melhor companheira de quatro patas que a vida poderia me proporcionar.

Ao professor Vicente pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia. Agradeço por me mostrar o quão poética e dinâmica a Geografia pode ser.

Ao Alexandre, que me deu o prazer de estar ao seu lado por maravilhosos cinco anos e que, apesar dos percalços, sempre foi meu porto seguro. Obrigada por me oferecer aconchego, tranquilidade, força e belos sorrisos. Você é um homem incrível, com um coração apaixonante e um ser humano admirável.

A Ana e Érica, amigas de longos anos e que, apesar das adversidades do tempo, sempre permaneceram próximas, me fazendo entender o real sentido da amizade. Símbolos de força e coragem, são irmãs que a vida me deu.

Aos amigos que deixaram a caminhada mais leve, especialmente Bruna, companheira das melhores e piores experiências durante esses cinco anos. Amiga e pessoa incrível que levo para toda a vida. Também não posso me esquecer de mencionar Natália, Vinicius, Marcela, Saulo, Henrique, Nara, Akari, Mayara, Zavarieti, e tantos outros que sempre estiveram com um sorriso pronto e um abraço confortável quando as coisas se mostraram difíceis.

A todas as docentes que acompanharam minha formação e me mostraram exemplos de força, resistência e amor à profissão.

A todas as funcionárias da universidade, trabalhadoras da limpeza, dos restaurantes universitários, das secretarias e cantinas, pela força e resistência em meio ao caos e às condições (muitas vezes precárias) de permanência trabalhista.

A todas e todos que tive o privilégio de ser professora no decorrer da minha experiência na educação popular. Agradeço pela energia, luz e motivação para que seguisse naquilo que descobri ser minha paixão: a sala de aula.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um novo horizonte.

A todas e todos os companheiros do projeto de educação popular, que durante três anos me proporcionaram vivências incríveis de crescimento pessoal e profissional.

A todas as mulheres que cruzaram a minha vida e me proporcionaram novas perspectivas e experiências.

E a todas e todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação pessoal e acadêmica, o meu sincero agradecimento.

Dedico este trabalho a minha mãe Rita e ao meu pai Julio. Guerreiros, exemplos de força.

Que sempre tenhamos a serenidade necessária para aceitarmos as coisas que não podemos modificar; coragem para modificarmos aquelas que podemos e sabedoria para reconhecermos a diferença.

*“Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar”*

(Francisco, El hombre - Triste, louca ou má)

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

R735d Rossetto, Maria Júlia Buck, 1994-
Da vulnerabilidade à desigualdade de gênero: os territórios hostis para as
mulheres em Campinas - SP / Maria Júlia Buck Rossetto. – Campinas, SP : [s.n.],
2018.

Orientador: Vicente Eudes Lemos Alves.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Mulheres - Campinas (SP). 2. Territórios. I. Alves, Vicente Eudes
Lemos, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III.
Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:

Women - Campinas (SP)

Territories

Titulação: Bacharel

Data de entrega do trabalho definitivo: 25-01-2018

RESUMO

A desigualdade de gênero construída histórica, cultural e socialmente pode ser detectada cotidianamente. Às mulheres se associam à exposição das vulnerabilidades decorrentes de dinâmicas sociais patriarcais que hierarquizam os papéis entre o masculino e o feminino na sociedade, as colocando como propriedade em um papel de subserviência de gênero. Neste sentido, os territórios agem na constituição e manutenção das dinâmicas desiguais que se desdobram em diversas formas de vulnerabilidade de gênero baseada na desigualdade. Apesar das crescentes políticas públicas a favor das mulheres, a espacialidade e materialização das mudanças legislativas se incorporam ao território de forma fragmentada, fomentando a hostilidade na permanência, circulação e relação entre as mulheres e o território. A partir deste pressuposto, o presente trabalho propõe analisar as diferentes variáveis que constituem as dimensões relacionais e objetivas que culminam na hostilidade territorial apresentada às mulheres de Campinas. O estudo se volta para esta cidade através de sua dinâmica territorial com relação à composição de dados de renda, exposição à violência e disponibilidade de equipamentos públicos de atendimento à mulher. Pretende-se, portanto, a partir da correlação entre as variáveis, do apanhado bibliográfico e do mapeamento das informações, sob a perspectiva da escala das macrorregiões da cidade, identificar quais são as delimitações mais hostis às mulheres no contexto campineiro.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres – Campinas (SP), Territórios.

ABSTRACT

The gender inequality, built in historical, cultural and social grounds, can be observed daily. Women are associated and exposed to vulnerabilities due to social patriarchy dynamics, which hierarchize male and female roles in society, and lead women to a role of gender subservience as a priority. In that way, territories behave in the constitution and maintenance of unequal dynamics, that spread in many ways of gender vulnerability based on inequality. Despite the growing public policy in favour of women, the spatiality and materialization of legislative changes are incorporated in the territory in a fragmented way, increasing the hostility in the permanence, circulation and relation of women and territory. From this assumption, the present work proposes to analyse different variables that constitute relational and objective dimensions, which leads to the territorial hostility related to the women of Campinas. This work analyses this city through income data, violence exposure data, and disponibility of public service to woman. It is therefore intended, through the correlation of different variables, bibliographic reading, and the mapping of informations of Campinas, in the scale of its macroregions, to identify which delimitations are more hostile to women in the presented city.

KEY WORDS

Women - Campinas (SP), Territories.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CAISM - Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

CEAMO - Centro de de Apoio à Mulher Operosa.

CEPROMM - Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada.

FACAMP - Faculdade de Campinas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INFOMAP - Mapa de Serviços de Campinas.

OMS - Organização Mundial da Saúde.

ONG - Organização não Governamental.

PMSA - Plano de Assistência Social (do município de Campinas).

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PUC - Pontifícia Universidade Católica (de Campinas).

RMC - Região Metropolitana de Campinas.

SISNOV - Sistema de Notificação de Violência (de Campinas).

SMCAIS - Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência e Inclusão Social.

SMS - Secretaria Municipal de Saúde.

SSP - Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	14
Figura 2.....	15
Figura 3.....	17
Figura 4.....	19
Figura 5: Macrorregiões de Campinas e suas respectivas Administrações Regionais e Distritos Urbanos.....	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Total de habitantes campineiros conforme a Região Administrativa	25
Gráfico 2: Porcentagem de mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)	49
Gráfico 3: Porcentagem de mulheres por Macrorregião de Campinas (SP) por faixa de rendimento	50
Gráfico 4: Notificações de violência contra a mulher a cada de mil mulheres por Macrorregião de Campinas (SP).....	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)	61
Mapa 2: Quantidade de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)	64
Mapa 3: Notificações de violência contra a mulher por Macrorregião de Campinas (SP) a cada dez mil mulheres	66
Mapa 4: Grau de vulnerabilidade econômica feminina por Macrorregião de Campinas (SP)	68
Mapa 5: Grau de hostilidade territorial às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Porcentagem da divisão de rendimentos femininos por Macrorregião de Campinas (SP)	16
Tabela 2: Distribuição de classes a partir das variáveis por Macrorregião de Campinas (SP)	18
Tabela 3: Números da violência contra a mulher em municípios do interior paulista (2017).....	46
Tabela 4: Distribuição da população entre homens e mulheres e respectivas faixas etárias em Campinas (SP)	47
Tabela 5: Localização dos equipamentos públicos de atendimento à mulher no município de Campinas (SP).....	52
Tabela 6: Notificações de mulheres entre 18 e 59 anos que sofreram violência por ano de denúncia no município de Campinas (SP).....	56

Tabela 7: Notificações de violência por Macrorregião de residência da vítima em Campinas (SP)	57
Tabela 8: Notificações por principal violência contra a mulher no município de Campinas (SP)	58
Tabela 9: Relação entre número de equipamentos públicos e total de mulheres por Macrorregião do município de Campinas (SP)	62
Tabela 10: Vulnerabilidade econômica feminina por Macrorregião de Campinas (SP)	67
Tabela 11: Relação entre notificações de violência contra a mulher e equipamentos públicos de atendimento às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)	69
Tabela 12: Relação entre notificações de violência contra a mulher e vulnerabilidade econômica feminina por Macrorregião de Campinas (SP)	70
Tabela 13: Relação entre vulnerabilidade econômica feminina e equipamentos públicos de atendimento às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)	71
Tabela 14: Graus de hostilidade territorial às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)	72

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Objetivos	6
2.1 Objetivo Geral	7
2.2. Objetivos Específicos	7
3. Metodologia.....	8
3.1 Discussão da contextualização teórica	9
3.2 Coleta de dados.....	10
3.3 Mapeamento	11
3.3.1 Procedimentos	13
3.3.1.1 Mapa 1: Localização de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)	13
3.3.1.2 Mapa 2: Quantidade de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)	13
3.3.1.3 Mapa 3: Notificações de violência contra a mulher por macrorregião de Campinas (SP) a cada 10 mil mulheres	14
3.3.1.4 Mapa 4: Vulnerabilidade econômica feminina por macrorregião de Campinas (SP)	15
3.3.1.5 Mapa 5: níveis de hostilidade territorial às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)	17
4. Caracterização da área de estudo	20
5. Discussão da contextualização teórica.....	27
5.1 O debate feminista	28
5.1.1 Movimentação e articulação feminina brasileira	28
5.1.2 A instituição da violência contra a mulher	31
5.1.3 Políticas públicas para mulheres.....	31
5.1.4 A mulher (in)visível na Geografia	34
5.2 A questão espacial	36
5. 3 Território em foco.....	38
5.3.1 Os territórios hostis.....	40
6. Resultados e Discussões	44
6. 1 Coleta de Dados	45
6.1.1 Ser mulher no território	45
6.1.1.2 Mulheres em Campinas	47
6.1.1.2.1 A rede de equipamentos públicos de atendimento à mulher em Campinas	51
6.1.1.1.4 Violência contra a mulher em Campinas	55
6.2 Mapeamento dos dados referentes às mulheres em Campinas	59
7. Considerações Finais	75
8. Referências Bibliográficas	79



1. Introdução

Historicamente, há um modelo social patriarcal de organização com relação às questões propostas sobre o acesso aos direitos e a circulação de pessoas no território. A sobreposição dos fluxos urbanos e inter-regionais acaba por favorecer uma série de demandas as quais há uma visível separação social entre os papéis assumidos entre homens e mulheres. Segundo Michele Perrot (2005) “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”, afinal o feminino sempre foi menos valorizado que o masculino, inclusive no espaço, sendo uma categoria destinada ao silêncio, desde a antiguidade até os dias atuais. (PERROT, p. 33 apud; RIBEIRO; FRANÇA, 2014). Portanto, enquanto produto complexo de relações sociais, a definição indenitária feminina se dá intimamente ligada à construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. (SILVA, 2003: 34). Assim, segundo Silva (2003), a partir dessa vertente de pensamento, o gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem, e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana.

Nota-se, neste sentido, que o conceito de gênero vem ganhando destaque continuamente no que diz respeito às condições nas quais se encontram as mulheres na sociedade. Desta forma, o conceito é utilizado para diferenciar e descrever as dimensões relacionais de mulher-feminino e homem-masculino, ao mesmo tempo em que proporciona a análise das desigualdades construídas e estabelecidas entre ambos, assim como para identificar relações desiguais intragênero, como entre mulheres a partir de diferenciações racial, geracional, religiosa, econômica, etc.

Ser mulher em um espaço desigual é possuir a concretude da não acessibilidade e dos entraves que continuamente prejudicam a vivência da cidadania feminina na cidade. Neste sentido, parece evidente que a divisão das tarefas na fundação da nossa sociedade motiva, justifica e legitima a subalternidade feminina dentro de um determinado regime de visibilidade. (JÚNIOR; CONCEIÇÃO, 2010).

“O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdade que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens - ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade.” (MIGUEL; BIROLI, 2014: 8).

A materialização da distinção entre gêneros no território se concretiza em diferentes setores como trabalho, educação, saúde, entre outros. Além disso, a frequente violência (moral, sexual, física, psicológica) é decorrência da invasão do feminino pela imposição machista e patriarcal sobre o corpo, as escolhas e direitos das mulheres. Neste caso, as mulheres não apenas configuram territórios, como também, ao tecer relações sociais e estabelecer relações de poder em seu interior, produzem novas territorialidades. (FRANÇA et. al s/d : 302). Assim, as mulheres são colocadas em diversas situações de vulnerabilidade por conta de fatores objetivos e relacionais que em conjunto, constituem novas territorialidades de “hostilidade”.

“La violencia de género aprovecha las desigualdades de poder inherentes a las sociedades patriarcales. Es decir, está inserta en el contexto de las relaciones de poder culturales, socioeconómicas y políticas, unas relaciones en las que el poder masculino es dominante y reduce a las mujeres (...) Todas las sociedades, organizadas y jerarquizadas en torno a las relaciones de poder de género, legitiman implícitamente -cuando no de forma explícita- la violencia contra las mujeres (y las niñas) y la perpetúan a través de un proceso de socialización violento, destructor de la identidad y de los valores humanistas, tanto para hombres como para mujeres.” (CRUZ, SAÉZ, 1996: 80).

Deste modo, o território é palco da atuação de diversos atores, entre os quais há o constante conflito de interesses naqueles que o ocupam. Assim, conforme afirma Milton Santos (1987), o território é uma dimensão da cidadania. Portanto, o território urbano agrega em si as contradições históricas, sociais, espaciais e de gênero que se inserem na sociedade. Assim, a constituição do território no espaço urbano é fluída e dinâmica, com fatores e atores que proporcionam novos rearranjos da territorialidade.

Assim, o território é o resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais, culturais e sociais que promovem condições para a construção dos indivíduos que dele compartilham. No território as desigualdades são continuamente materializadas através das relações impostas e defendidas dentro da lógica social predominante. Coexistem, então, a permanência do machismo, a ausência de políticas públicas adequadas para reduzir a vulnerabilidade relativa das mulheres e, conseqüentemente, uma dinâmica em que elas acumulam desvantagens em comparação aos homens (MONTEIRO, 2001:11).

Portanto, as mulheres sofrem com discriminações e entraves sucessivamente impostos a elas em seus distintos acontecimentos cotidianos que desfavorecem a efetiva participação e vivência dinâmica pelo espaço urbano. Violência, assédio,

escassez de recursos voltados a políticas públicas, deficiência na participação política, rebaixamento dos salários, pouco (ou nenhum) incentivo aos grupos populares que objetivam a equalização feminina em diferentes aspectos sociais são exemplos de contravenções públicas (e particulares) que se estendem pelos veios urbanos e determinam fronteiras que, apesar de imateriais, determinam os territórios nos quais as mulheres não possuem plena permanência.

No caso de Campinas, a cidade possui uma rede de serviços públicos voltados às mulheres que se distribui pelo território de maneira concentrada em pontos determinados, o que desfavorece o acesso de parcela da população. Somado a isso, as zonas com altos índices de violência contra a mulher se sobressaem em localidades em que a oferta de serviços é deficiente. Outro ponto importante é a eminente vulnerabilidade econômica na qual as mulheres estão expostas em diferentes macrorregiões da cidade, fruto de construções patriarcais de subalternidade de dependência feminina.

A partir deste contexto, o presente trabalho propõe analisar outras variáveis que localizem no território áreas suscetíveis às mulheres que, para além da desigualdade entre gêneros na sociedade, se encontram em situação de vulnerabilidade territorial. Nesse sentido, a pesquisa busca analisar, através da pesquisa bibliográfica buscando resgatar a contextualização teórica sobre o tema e do mapeamento de serviços de atendimento à mulher, quais são os territórios na cidade de Campinas que são (des)favoráveis para o desenvolvimento da cidadania feminina no que diz respeito ao atendimento, permanência e circulação dela no espaço da cidade.

Para tanto, foi proposta a análise da localização dos equipamentos públicos de atendimento às mulheres em Campinas, distinguidos em uma rede que possui serviços de saúde, segurança, atendimento ao público LBGT, assistência, políticas públicas, filantropia e integrados a rede CEAMO, em cruzamento com notificações de violência de gênero por macrorregiões da cidade, como variáveis dimensionais que exemplificam a imposição da desigualdade entre as diferentes localidades da cidade.

Em um primeiro momento da abordagem no trabalho, parte-se da caracterização da área de estudo, a cidade de Campinas. Correlacionada a ela, tem-se a fundamentação teórica que trás consigo o apanhado bibliográfico que embasou a análise de dados que será prosseguida através da espacialização através de

mapas nos capítulos seguintes. Em seguida, tratou-se da metodologia aplicada às etapas da pesquisa, seja ela de pesquisa ou de mapeamento, que em conjunto embasaram a análise dos dados coletados. Nesse sentido, a escala de observação proveniente das regiões de distritos de Campinas foi a variável utilizada para a discussão dos resultados do mapeamento.

Posteriormente, há a materialização dos dados recolhidos através dos mapas confeccionados no decorrer do trabalho, com o intuito de debater as questões pertinentes às localizações dos serviços no território campineiro. No total foram quatro mapas referentes ao cruzamento de informações sobre o município

Nas considerações finais, foram abordados os resultados e discussões sobre as dimensões de vulnerabilidade feminina a partir dos territórios hostis identificados em Campinas, reveladas a partir do cruzamento de informações referentes às localizações dos serviços públicos de atendimento à mulher na cidade de Campinas em contraponto com as ocorrências de violência contra o público feminino.



2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho consiste em identificar e analisar territórios em Campinas que apresentem hostilidade às mulheres em dimensões que envolvam o acesso a serviços e a relação do espaço com a violência, de modo a fomentar o debate relativo aos usos e constituições do território na cidade com base nas desigualdades de gênero intrínsecas à sociedade.

2.2. Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, procura-se neste trabalho, analisar os territórios de hostilidade às mulheres em Campinas, de modo a

- i - Compreender a formação territorial de Campinas e traçar o perfil da dinâmica de suas macrorregiões;
- ii - Identificar a participação feminina no território da cidade a partir das políticas públicas para mulheres;
- iii - Discutir as relações de opressão vinculadas à desigualdade de gênero no território de Campinas;
- iv - Analisar, sobre os pressupostos da fundamentação de territórios hostis, quais são as macrorregiões de Campinas que, na conjuntura de abordagem desse trabalho, favorecem a vulnerabilidade das mulheres em Campinas.



3. Metodologia

A metodologia proposta para a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso foi conduzida basicamente em três principais etapas: a revisão bibliográfica, de caráter exploratório; a coleta de dados, de dimensão descritiva das informações coletadas e o mapeamento a partir das informações adquiridas.

Procura-se complementar os três momentos do trabalho de forma a analisar os dados através da perspectiva de gênero que permeia as diferentes escalas de observação do território. Assim, constitui-se uma visão integrada de elementos que contribuem para a hostilidade territorial para mulheres a partir da constituição de um aparato social, cultural e histórico que contribui para a manutenção da vulnerabilidade das mesmas nas esferas pública e privada.

Desta forma, o conjunto da proposta metodológica permeia a identificação de territórios hostis com base em variáveis sociais que evidenciam a desigualdade de gênero na cidade de Campinas.

3.1 Discussão da contextualização teórica

Com o intuito de construir um aparato teórico para basear as posteriores análises e coletas de dados, foi necessário realizar a revisão bibliográfica através de materiais que orientassem os debates acerca da cidade, da constituição do território e da questão de gênero.

Inicialmente, esta etapa foi marcada pela pesquisa relacionada à caracterização da área de estudo, Campinas. Para tanto, foram consultados materiais que fornecessem o embasamento para discussões pertinentes à ocupação urbana e seu desenvolvimento nas diferentes macrorregiões dos municípios. Estas, por sua vez, foram consideradas como recorte analítico uma vez que são propostas a partir da concepção de atendimento da população, através da presença de políticas e equipamentos públicos, centralizada cada uma das delimitações territoriais.

Para a abrangência das discussões pertinentes à dinâmica territorial campineira foram consultados autores como Fonseca (2015), Mestre e Fonseca (2011), Nascimento e Melazzo (2013) e Baeninger (s/d).

Posteriormente, fez-se necessária a pesquisa sobre o desenvolvimento do movimento das mulheres em território nacional em suas diferentes abrangências (social, cultural, acadêmica, por exemplo). A internalização dessas informações foi imprescindível para a construção dos debates pertinentes à resistência feminina no

território de Campinas e os entraves encontrados para o pleno desenvolvimento da circulação, permanência e liberdade das mulheres. Para tanto, foram consultados, entre tantos autores, Cruz (1996), Miguel e Birolli (2014), Ornat (2008), Reis (2015) e Silva (2009).

No decorrer da revisão bibliográfica, também se buscou um embasamento teórico referente ao desenvolvimento do conceito de território, necessário para a posterior discussão sobre territórios hostis, elaborado no decorrer da monografia, uma vez que o conceito não é abordado na temática da vulnerabilidade e desigualdade. Para isso, autores como Harsbaert (1998), Hospodar e Valverde (2004) e Santos (1987) foram pesquisados.

Em confluência com as informações pesquisadas nos momentos anteriores, o desenvolver da conceituação dos territórios hostis de Campinas contou com discussões pertinentes à vulnerabilidade através do gênero, a partir de Hogan et al (2000), e Kleba e Wendausen (2009), por exemplo. Dessa maneira, foi possível traçar um aparato teórico que embasou as discussões posteriores provenientes da junção do debate bibliográfico e as etapas seguintes do trabalho.

Contudo, é importante ressaltar que a produção acadêmica no que diz respeito às questões de gênero, principalmente no âmbito da Geografia, ainda é incipiente. A dificuldade em conectar informações e correntes teóricas foi aparente no desenvolver de toda a etapa, que contou com períodos de desencontros entre a proposta de pesquisa e o oferecimento de debates sobre mulheres no território, através da perspectiva geográfica.

3.2 Coleta de dados

A busca por informações que reflitam a realidade das mulheres no território campineiro foi essencial para a compreensão das características que constituem a maneira como o território urbano é palco e ao mesmo tempo ator de dinâmicas que integram a realidade das mulheres na cidade.

Para isso, a escala de análise escolhida se consolidou através de dados referentes à presença de equipamentos públicos que integrassem a rede de atendimento à mulher, além de informações de violência contra a mulher na cidade. Esses dados refletem o quão vulneráveis as mulheres podem estar no território, além de quão (não) eficaz o atendimento se materializa na cidade.

Outras variáveis demográficas também foram buscadas, como distribuição da população feminina pelas macrorregiões e as concentrações de rendimento, por exemplo. Ressalta-se que a variável racial também foi buscada, mas nenhuma das plataformas encontradas possuía os dados por mulheres em Campinas.

Inicialmente, buscaram-se fontes de dados específicas, provenientes principalmente de coletivos e/ou outros movimentos de mulheres pela cidade de Campinas, com o objetivo de tecer um aparato de dados voltados prioritariamente para uma dimensão relacional entre mulheres e o território do município. Contudo, a dificuldade no acesso a essas informações limitou o trabalho no sentido da obtenção de dados. Portanto, uma das alternativas foi a busca empírica através de *blogs*, noticiários, reportagens sobre a questão de gênero na cidade de Campinas

Além disso, as principais informações encontradas e utilizadas na pesquisa estavam vinculadas às plataformas públicas de acesso a dados, em diferentes escalas (do federal ao municipal). Entre as fontes ressaltam-se o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), o Sistema de Notificação de Violência de Campinas (SISNOV), a Prefeitura de Campinas, o INFOMAP (mapa interativo disponibilizado pelo poder público do município) e dados da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Governo Federal.

3.3 Mapeamento

O mapeamento se faz necessário para a compreensão da espacialização dos dados coletados anteriormente. Dessa forma, é possível realizar a geointerpretação da cidade, identificando, através da combinação de variáveis mapeáveis, os territórios que apresentam maior e menor hostilidade às mulheres, segundo as dimensões de análise escolhidas.

Portanto, a atividade de mapeamento foi fundamental para a organização dos dados da pesquisa. O georreferenciamento está relacionado com a localização geográfica de pontos (hospitais, locais de assistência e pontos de segurança pública, por exemplo), polígonos (limites municipais, macrorregiões) e linhas. Cada informação georreferenciada pode ser cruzada com outras, sobrepondo camadas de informação que permitem a análise espacial.

Dessa forma, o mapeamento necessita do levantamento e georreferenciamento de localizações existentes em Campinas referentes aos serviços oferecidos às mulheres na cidade. Sendo assim, o georreferenciamento

permitiu a elaboração de quatro mapas principais que permitiu a análise dos territórios hostis às mulheres a partir do cruzamento dos dados quantitativos e qualitativos.

Para tanto, foram utilizadas as seguintes ferramentas:

1. *Google Earth*;
2. *ArcMap* 10.1;
3. Dados localizacionais: pontos de referência no território para o atendimento às mulheres;
4. *LibreOffice Calc*.
5. Base cartográfica: IBGE (limites municipais) e Prefeitura Municipal de Campinas (divisão entre macrorregiões da cidade).

Ressalta-se que as Coordenadas Geográficas foram utilizadas na geolocalização da área de estudo, com a produção cartográfica realizada com base no Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000. Além disso, a base de todos os mapas conta com a presença dos dados vetoriais dos *shapefiles* dos polígonos referentes ao limite municipal de Campinas, aos limites municipais das cidades da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e às divisões limítrofes entre as macrorregiões de Campinas (os dois primeiros, disponibilizados pelo IBGE, enquanto as macrorregiões foram produto da vetorização com base em um arquivo *raster*).

Outro ponto em comum entre parte dos mapas foi à escolha da utilização do método “Intervalos Iguais” na criação de classes de análise. A opção se deu com o intuito de padronizar as discussões referentes aos mapas de atribuição qualitativa, uma vez que há relações baseadas em proporções. Neste sentido, a classificação é melhor aplicada em intervalos de dados conhecidos como porcentagens e grandezas proporcionais. Este método enfatiza a quantidade de um valor de atributo relativa aos outros valores.

Com relação à escala de análise atribuída aos mapas, pontua-se que a escolha das macrorregiões de Campinas se deve ao fato de padronizar os dados referentes à população feminina no mesmo panorama analítico, uma vez que a dificuldade de informações mais detalhadas em diferentes aspectos (como por exemplo, as notificações de violência) não proporciona, na instância deste trabalho em questão, uma discussão mais detalhada das variáveis escolhidas.

3.3.1 Procedimentos

3.3.1.1 Mapa 1: Localização de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)

Para a produção do mapa, foi necessário exportar os dados qualitativos referentes aos pontos de localização coletados na etapa anterior da pesquisa, dos equipamentos públicos de atendimento à mulher, do *LibreOffice Calc* para o *ArcMap*. Ressalta-se que essas localizações foram coletadas nas plataformas da Prefeitura de Campinas (2017) e da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Governo Federal.

A partir dos endereços coletados nessas plataformas, foi utilizado o *Google Earth* para a geolocalização através das referentes coordenadas. Posteriormente, foi criada uma tabela (arquivo xls.) contendo os campos “grupo”, “nome do equipamento”, “endereço”, “latitude” e “longitude” (em graus decimais), características básicas de cada equipamento. Assim, foi criado o *shapefile* “localização dos equipamentos públicos” a partir das seguintes coordenadas (em graus decimais).

Com o intuito de diferenciar dos pontos de localização a partir de sua dinâmica funcional na rede de atendimento à mulher em Campinas, foram criadas sete classes distintas: Rede CEAMO, Filantropia, Assistência, Saúde, Políticas Públicas, Segurança e Público LGBT. Assim, é possível visualizar os arranjos de cada grupo de equipamentos.

A leitura que se faz desse primeiro mapa está associada à análise do padrão de localização encontrado entre os equipamentos públicos de atendimento à mulher quando se encara o território de Campinas como uma totalidade fragmentada.

3.3.1.2 Mapa 2: Quantidade de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)

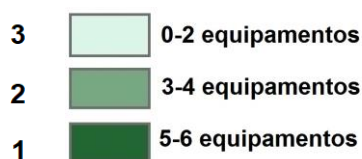
Neste caso, a ferramenta *Join* foi utilizada, permitindo a unificação de registros entre duas camadas vetoriais, o limite das macrorregiões (polígono) e a localização dos equipamentos públicos (pontos). Com esse recurso, é possível migrar uma base inteira de dados de outras fontes para sua tabela de atributos no *ArcMap*. Portanto, com essa ferramenta foi possível associar dados qualitativos (localização) com os quantitativos provenientes do cruzamento com outro dado,

inicialmente qualitativo. Com o novo atributo criado, “*count*”, o *ArcMap* é capaz de contabilizar pontos por polígono.

O objetivo do mapa em questão é demonstrar a concentração dos pontos por divisão territorial, correlacionando a aglomeração de equipamentos com a densidade que os mesmos representam em cada macrorregião de Campinas. Assim, visualizam-se quais regiões são mais ou menos equipadas com os locais de atendimento à mulher.

A análise foi dada a partir da relação desenvolvida através dos Intervalos Iguais de 2 na proporção da ausência de equipamentos por macrorregião. A partir disso, foram criadas três classes, como pode se observar na Figura 1. Portanto, quanto menor a classe (e 3 a 1), maior a concentração de equipamentos públicos de atendimento à mulher, uma vez que a vulnerabilidade se aplica a locais que ofereçam menos pontos de atendimento.

Figura 1: três classes de intervalos iguais para equipamentos por macrorregião



Fonte: elaboração própria.

3.3.1.3 Mapa 3: Notificações de violência contra a mulher por macrorregião de Campinas (SP) a cada 10 mil mulheres

Para a confecção desse material, além do *shapefile* (polígono) do limite das divisões das macrorregiões de Campinas, foram utilizados os dados de notificação de violência contra a mulher por macrorregião do município do ano de 2016, fornecidos pelo SISNOV.

A partir dessas informações, tratou-se os dados para trabalhá-los de maneira quantitativa pelo território, diferenciando as macrorregiões através do mínimo e do máximo de notificações de violência. Para tanto, foram criadas quatro classes de notificações, a partir da análise de intervalos iguais.

Com esse mapa, é possível analisar quais são as macrorregiões que mais concentram as notificações de violência contra a mulher. Correlacionado a isso

estão os dados característicos da composição de cada macrorregião da cidade, quando pensada a dinâmica municipal.

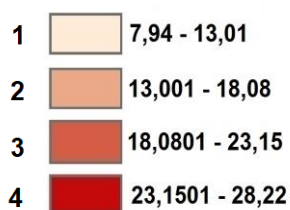
O cálculo da proporção das notificações de violência foi feito da seguinte forma:

$$\frac{\text{Nº DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (2016)}}{\text{Nº DE MULHERES NA MACRORREGIÃO}} \times 10.000$$

A partir disso, foram encontrados valores proporcionais a cada 10 mil habitantes mulheres por região, chegando nos valores relativos: Macrorregião Norte (28,22), Sul (13,47), Leste (17,56), Sudoeste (7,94) e Macrorregião Noroeste (22,31).

Para análise macro regionalizada, os dados de notificação foram distribuídos através de quatro classes, desenvolvidas através do método de Intervalos Iguais. A obtenção das classes se deu a partir de intervalos de 4,64, conforme se observa na Figura 2. Portanto, quanto maior a classe (de 1 a 4), maior a exposição à violência contra a mulher a macrorregião possui.

Figura 2: quatro classes de intervalos iguais para notificações de violência contra a mulher



Fonte: Elaboração própria.

3.3.1.4 Mapa 4: Vulnerabilidade econômica feminina por macrorregião de Campinas (SP)

Este mapa foi construído com base nos dados da Vigilância Socioassistencial de Campinas, baseado no Censo do IBGE de 2010.

Para isso, a análise permeou a classificação de renda com base em pesos diferenciais entre os rendimentos. Neste sentido, levou-se em consideração que a distribuição de renda não segue somente critérios socioeconômicos, mas os de

gênero também. Dessa forma, buscou-se a interpretação a partir da dependência econômica transpassada com o baixo rendimento feminino.

Assim, os dados foram trabalhados a partir das proporções de renda existentes em cada uma das macrorregiões, divididas em: sem rendimento, de 0 a 1 salário mínimo, de 1 a 5 salários mínimos e mais de 5 salários mínimos. A população total de cada macrorregião foi a base para o cálculo das proporções de renda, obtendo as seguintes proporções, observadas na Tabela 1:

Tabela 1: porcentagem da divisão de rendimentos femininos por macrorregião do município de Campinas

	Proporção do total de habitantes por macrorregião			
Macrorregião	Sem rendimento	0-1 SM	1-5 SM	mais de 5 SM
Leste	33,14%	9,17%	37,80%	19,89%
Norte	39,43%	13,35%	38,42%	8,77%
Sudoeste	44,73%	17,30%	36,38%	1,59%
Sul	40,48%	15,07%	38,52%	5,93%
Noroeste	45,62%	17,10%	35,28%	2%

Fonte: IBGE (2010). Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Adaptação própria.

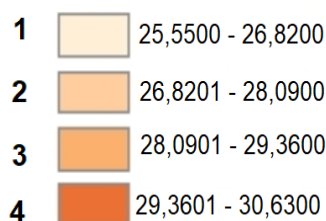
A partir dessas divisões, e refletindo sobre a conjuntura da dependência financeira e das concentrações de baixas rendas entre mulheres, foram definidos pesos para cada uma das quatro classes, variando de 1 a 4, em que quanto mais considerado vulnerável, maior seria o peso.

Com isso, a sequência estabelecida foi: “sem rendimentos” (peso 4), “de 0 a 1 salário mínimo” (peso 3), “de 1 a 5 salários mínimos” (peso 2), “mais de 5 salários mínimos” (peso 1). Posteriormente, realiza-se a divisão pela média ponderada, calculada por meio do somatório das multiplicações entre valores e pesos divididos pelo somatório dos pesos. A partir disso, foram realizados os cálculos de definição do grau de vulnerabilidade de cada região, com base na seguinte fórmula:

$\frac{(\% \times \text{peso } 1 + \% \times \text{peso } 2 + \% \times \text{peso } 3 + \% \times \text{peso } 4)}{(\text{somatória pesos} = 10)}$

Os resultados obtidos foram Leste (25,55), Noroeste (30,63), Sudoeste (30,52), Norte (28,33) e Sul (29,01). A partir deles, foram criadas quatro classes a partir de intervalos iguais para a abrangência das proporções encontradas através dos cálculos anteriores, conforme observa-se na Figura 3. Portanto, quanto maior a classe (de 1 a 4), maior a vulnerabilidade econômica feminina na macrorregião.

Figura 3: quatro classes de graus de vulnerabilidade econômica



Fonte: elaboração própria

3.1.1.5 Mapa 5: níveis de hostilidade territorial às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)

Ao analisar as instâncias concebidas nos mapas anteriores, o último mapeamento tem como objetivo classificar, entre as cinco macrorregiões de Campinas, os diferentes níveis de hostilidade territorial contra a mulher, em consideração à presença/ausência de equipamentos de atendimento à mulher e notificações de violência de gênero no território.

Para tanto, foram analisadas as três instâncias presentes nos últimos mapas: concentração de notificações contra as mulheres, mulheres com rendimento até um salário mínimo e localização dos equipamentos públicos de atendimento às mulheres por macrorregião.

A partir dos valores encontrados através dos procedimentos anteriores, buscou-se uma classificação que correlacionasse as três grandezas. Para tanto, foram estabelecidos pesos diferentes para cada uma das variáveis.

Inicialmente, o maior peso, 3, foi vinculado às notificações de violência contra as mulheres, uma vez que a exposição à esse risco é geral, sem grande dependência com outras variáveis como renda, idade e cor, por exemplo. Além

disso, a variável da vulnerabilidade econômica ganha peso 2, uma vez que a renda (e independência financeira) colabora ou dificulta a circulação das mulheres. Como peso 1, a presença de equipamentos por macrorregiões, uma vez considerado o fator mobilidade urbana.

Portanto, a partir da Tabela 2, nota-se que a distribuição de classes das macrorregiões se comporta da seguinte forma:

Tabela 2: distribuição de classes a partir das variáveis por macrorregião do município de Campinas

Macrorregião	Classe equipamentos	Classe notificações de violência	Classe vulnerabilidade econômica
Norte	1	4	3
Leste	1	2	1
Sul	2	2	3
Sudoeste	2	1	4
Noroeste	3	3	4

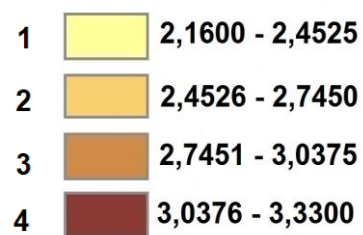
Fonte: elaboração própria.

A partir dessa classificação, é possível calcular o grau de hostilidade territorial com base na seguinte fórmula, utilizando mais uma vez a divisão a partir da média ponderada:

$\frac{(\text{classe equipamentos} \times \text{peso 1} + \text{classe notificações} \times \text{peso 3} + \text{classe vuln. econômica} \times \text{peso 2})}{(\text{somatória dos pesos} = 6)}$

Desta forma, é possível calcular o grau de hostilidade o qual os territórios das macrorregiões de Campinas estão expostos. A partir dos resultados, que variaram entre 2,16 e 3,33, foi possível classificar as grandezas a partir do método de intervalos iguais, constituindo quatro classes, conforme se observa na Figura 4.

Figura 4: quatro classes de intervalos iguais para graus de hostilidade territorial



Fonte: elaboração própria.



4. Caracterização da área de estudo

A história territorial de Campinas acompanha as tendências da urbanização brasileira, cujo processo expõe o peso dos impulsos modernizantes para a dinâmica urbana dos mais pobres, uma vez que a defesa de um espaço mais justo esbarra nas lógicas de uma cidade corporativa e fragmentada (SOUZA, 2008). A cidade acompanha o processo de urbanização brasileiro, transformando-se nas últimas décadas numa cidade corporativa e fragmentada (SOUZA, 2008). Campinas é hoje a mais industrializada e mais urbanizada capital regional do interior de São Paulo. No estado, fica atrás apenas da cidade de São Paulo em termos de importância econômica, ocupando a terceira colocação em termos de concentração industrial do país e a sétima posição em produção agrícola. (HOGAN et al, 2000: 7).

Atualmente, a cidade é constituída por administrações regionais e subprefeituras que auxiliam na composição da dinâmica territorial e na governança municipal. Neste sentido, Campinas é composta por quinze administrações e seis sub prefeituras, perpassadas por divisões macrorregionais que interferem na administração e manutenção de demandas públicas.

Campinas insere-se na economia brasileira e global a partir de uma elite estabelecida durante o período cafeeiro, cuja produção estava voltada para a exportação em parte do século XIX e início do século XX, e, posteriormente, de uma transformação radical de sua estrutura para receber a indústria. A partir da década de 1970, uma nova transformação ocorre para que a cidade possa adequar-se ao processo mais amplo de reestruturação produtiva, que resulta na descentralização de parte da indústria paulista, a qual sai da capital para se instalar em regiões do interior do estado, entre elas, a de Campinas. Neste período, a cidade passa por um crescimento rápido e desordenado de seu tecido urbano. As terras mais baratas (e mais distantes) recebem empreendimentos de habitação popular financiados pelos governos estadual e municipal, enquanto áreas mais próximas do centro, com melhor infraestrutura, ficam à mercê dos especuladores que aguardam sua valorização para vendê-las. (BRYAN, 2011).

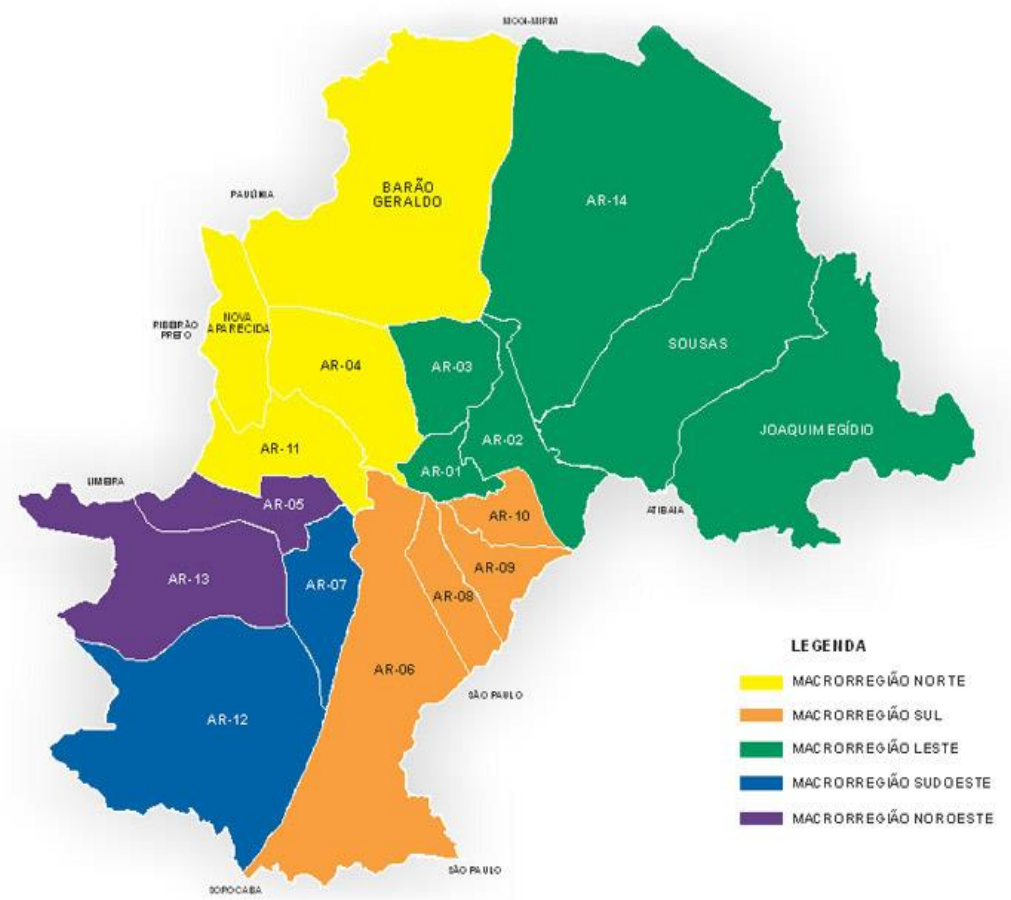
O processo de abandono da área central pelas camadas de renda mais elevadas e pelo comércio e serviços destinados a essa população (...) criando as 'novas centralidades', são algumas das características do tecido urbano que se generalizam, nos anos 90, na Região Metropolitana de Campinas. (CAIADO; PIRES, 2006: 286 apud. RIZZATTI, 2014: 32). A concentração de renda na cidade de

Campinas está localizada no eixo Norte-Nordeste, enquanto que as classes de renda mais baixas estão mais presentes na Região Central, Oeste e Sul do município. No ciclo de ocupação campineira, as classes mais abastadas também saíram do centro em direção às áreas periféricas e, com isso, aqueles que habitavam nos flancos da cidade acabaram se deslocando. (SOUZA, 2013: 50).

“A mancha urbana de Campinas possui uma região mais central que apresenta uma urbanização consolidada, com áreas bastante adensadas, onde se concentram as atividades comerciais, de serviços e institucionais, e o uso residencial de médio e alto padrão (...). Na porção Leste na direção dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, encontram-se ainda áreas desocupadas (...). Mais ao Norte encontra-se o distrito de Barão Geraldo, que abriga a Universidade Estadual de Campinas, apresentando uma concentração de alta e média renda, áreas em grande processo de valorização imobiliária (...). E por fim, a porção sudoeste do município é caracterizada por uma ocupação rarefeita, de baixo padrão ocupacional e população de baixa renda, apresentando grande tendência de intensificação deste padrão.” (CUNHA; OLIVEIRA: 3).

A cidade de Campinas conta com 1.164.099 habitantes (estimativa Censo IBGE 2010), residindo em uma área de 794,744 km². Com o intuito de centralizar demandas de obras de infraestrutura, auxiliar na gerência dos locais públicos da cidade e garantir que as ações executadas pelo poder público como forma de minimizar os impactos das desigualdades territoriais da cidade entre os habitantes. Segundo a Prefeitura de Campinas (2017), as Macrorregiões são as responsáveis por realizar um estudo específico da necessidade de cada bairro: são mais de 800 em Campinas. A ideia principal dessa divisão em Macrorregiões é centralizar demandas e realizar manutenção em conjunto.

Figura 5: Macrorregiões de Campinas e suas respectivas Administrações Regionais e Distritos Urbanos



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 2017. Acesso em <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/>.

Segundo dados da Prefeitura de Campinas (2017), a Macrorregião Norte conta com 212.342 habitantes distribuídos em uma área de 165,955 km². É uma das regiões mais desenvolvidas economicamente no município, além de possuir uma concentração de aproximadamente duzentos mil habitantes. Essa situação demonstra a tendência de acúmulo de fluxos e infraestruturas em regiões que possuam representatividade no desenvolvimento e concentração de capital. É nessa macrorregião que está instalada a Universidade Estadual de Campinas UNICAMP – e, no mesmo local, está localizada a Faculdade de Campinas FACAMP – no distrito de Barão Geraldo, próximas a outro grande centro universitário, a Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC-Campinas, no Parque das Universidades - Rodovia Dom Pedro I.

Já a Macrorregião Leste de Campinas abrange uma área regional além dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, com forte concentração de renda entre os moradores. Possui 248.939 habitantes e uma área de 340,327 km² e abrange quase a metade da extensão do município

Considerada uma região com forte expansão econômica, a Macrorregião Noroeste possui com 133.086 habitantes e uma área de 63,330 km². Além disso, abriga um grande complexo de atendimento à saúde, incluindo o Pronto-Socorro do Campo Grande, a Maternidade e o Hospital Universitário Celso Pierro, mais conhecido como PUC II. Outro ponto importante no que diz respeito à dinâmica dos fluxos percolantes pela macrorregião são as principais rodovias que passam por ela: Rodovia Anhanguera e Bandeirantes, além do Corredor Metropolitano Noroeste, onde, segundo a Prefeitura Municipal de Campinas (2017) estão concentrados cerca de 70% dos usuários de transporte público. O Corredor Metropolitano auxilia na reorganização do transporte intermunicipal de passageiros na RMC e atende cidades vizinhas, como: Hortolândia, Sumaré e Monte Mor.

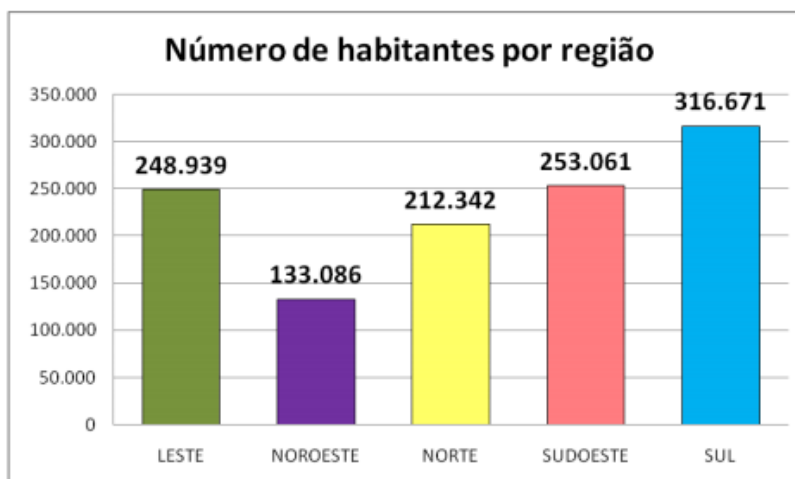
A Macrorregião Sul possui o maior número de habitantes de Campinas, com 316.671 pessoas, distribuídas em uma área de 120 km². Possui um forte Distrito Industrial, que segundo dados da Prefeitura de Campinas (2017) está localizada em uma extensa área de 98,92 Km², concentrando mais de 30 empresas de grande porte e multinacionais, o que geram 8.268 empregados; sendo uma renda total de 2,6 bilhões anuais.

Neste sentido, outro ponto de forte influência (e de conflitos de interesse) é a Macrorregião Sudoeste, área próxima ao Aeroporto de Viracopos. A Região possui 253.061 habitantes em uma área de 99.606 km², caracterizando forte concentração de densidade demográfica.

Nessa perspectiva, a população campineira se distribui com destaque para a Região Sul, mais populosa, conforme a leitura do Gráfico 1. Segundo dados do PMSA (2014), a Região mais populosa do Município é a Região Sul (26,49%), seguida pela Região Leste (21,26%), Sudoeste (19,04%), Norte (18,37%) e Noroeste (13,37%), sendo pouco expressivo, mas não menos importante, o quantitativo da população rural (1,43%). Já nas regiões Sudoeste e Noroeste, o crescimento demográfico do município se expandiu, concentrando boa parte da população de baixa renda. Destaca-se a expansão ocorrida na região Noroeste com a instalação de conjuntos habitacionais públicos, como, por exemplo o Residencial

Jardim Bassoli (integrante do Programa Minha Casa Minha Vida), o que, sem dúvida, elevou a densidade demográfica desta região.

Gráfico 1: Total de habitantes campineiros conforme a Região Administrativa



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração Relatório de Informações Sociais de Campinas (2016).

“Nesta última década (2000-2010) a Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual em Campinas foi de 1,09% ao ano, entretanto algumas regiões se destacam por um crescimento acima da média, como é o caso da região Noroeste que apresenta o maior crescimento com 1,77% ao ano, um dos motivos para esse crescimento foi o aumento expressivo de empreendimentos habitacionais de interesse social (SEPLAN, 2016). Segundo o Plano Diretor Estratégico, 2017, foram verificados dois vetores distintos com um crescimento acima da média sendo um em direção à região de influência aeroportuária, com ocupação de baixa renda, e outro marginal à Rodovia D. Pedro I, com ocupação de alta renda e padrão de urbanização baseado no modelo de loteamentos horizontais fechados, vale destacar que áreas com restrições a ocupação, ambientalmente sensíveis ou com mais atividade rural, também cresceram mais que a média da cidade (Plano Diretor Estratégico, 2017 – material em elaboração). (Relatório de Informações Sociais de Campinas, 2016).

Assim, se a acelerada expansão urbana proporcionou mudanças no crescimento populacional, também deixou como consequência um modelo de ocupação espalhada, marcado pela desigualdade territorial e no acesso aos serviços urbanos. Dessa forma, o território de Campinas reflete as transformações espaciais no que diz respeito às mudanças sociais, econômicas e industriais na localização de pontos na cidade. A população se arranja sobre as novas lógicas territoriais que o sistema de acumulação vigente impõe. Assim, há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada

qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é indivíduo num lugar. (SANTOS, 1987: 151).



5. Discussão da contextualização teórica

5.1 O debate feminista

5.1.1 Movimentação e articulação feminina brasileira

No Brasil, a trajetória entre os direitos das mulheres e a luta pela igualdade de gênero se entrelaça. Contudo, no período colonial as questões não foram superadas, muito pelo contrário: foi a raiz da cultura opressiva contra os grupos minoritários, da desigualdade e do patriarcado. Nesse contexto inicial, as mulheres eram propriedades de seus pais, maridos, irmãos ou qualquer outro membro do sexo masculino e que fosse pertencente ao seu círculo familiar. Durante o período Imperial, a luta das mulheres repercutiu ao reconhecimento do direito à educação.

No decorrer do século XX as discussões e reivindicações sobre a participação política das mulheres no Brasil continuaram. Em 1922 é fundada a Federação Brasileira para o Progresso da Mulher, com o objetivo principal promover o voto feminino e o acesso ao mercado de trabalho. Na mesma década, é autorizada a primeira votação feminina (no mesmo ano em que a primeira prefeita do país foi eleita, Alzira Soriano de Souza, em Lajes – no estado do Rio Grande do Norte). Esses acontecimentos são porta de entrada para a discussão do direito das mulheres à cidadania. Alguns anos depois, em 24 de fevereiro de 1932, sob a direção de Getúlio Vargas, o direito de voto das mulheres foi eleito e o direito de voto foi dado no texto da eleição presidencial.

“Convém abrir um parênteses para assinalar que, no caso brasileiro, ao contrário do que se costuma afirmar, a conquista dos direitos políticos das mulheres não se deu tardiamente, quando inserimos esse processo no cenário internacional. Na verdade, as brasileiras garantiram tais direitos políticos bem mais cedo que a maioria dos países latino-americanos e também de muitos países europeus. O problema é que esse processo se deu tardiamente em geral.” (SILVA da, 1998: 83).

Segundo Scofield (2008), durante o primeiro período ditatorial brasileiro, em meados da década de 1960, o movimento perde força. Entretanto, ressalta-se que uma parcela considerável de construções teóricas em torno da feminilidade ocorre nesse momento, através de movimentações de militantes feministas no interior das universidades em outros pontos do globo. As primeiras pesquisas feministas levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais e, sobretudo, focalizaram temas que não habitavam o espaço acadêmico: falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico e dos sentimentos. (SCOFIELD, 2008: 3). No Brasil, conquistas importantes como o estabelecimento da

Associação Brasileira das Mulheres, o direito ao divórcio e o Movimento de Anistia (1975) são considerados marcos de meados dos encaminhamentos para o fim da ditadura. Nota-se, portanto que ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores, unindo uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. (BLAY, 2003: 91).

“O feminismo começa a se tornar presente em terras brasileiras em plena ditadura militar estando em vigência um modelo econômico fortemente concentrador de renda. Se, por um lado, a pressão econômica levava a uma ênfase nas questões de classe, a falta de liberdade política fazia com que a contestação procurasse espaços não proibidos para se manifestar, e os movimentos de mulheres foram um desses espaços.” (REIS, 2015: 5).

A crítica feminista ganha radicalidade e força quando as abordagens são capazes de incorporar nessa problematização o fato de que as relações de gênero impactam as experiências, mas o exercício do poder - assim como as formas de dominação e de exploração - se dá também internamente ao grupo de ‘mulheres’. (MIGUEL; BIROLI, 2014: 14). Os movimentos feministas ressurgem com força no mundo ocidental desenvolvido nos anos sessenta e setenta do século XX, junto com o florescimento de uma cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos. (SILVA da, 1998: 106).

“Num breve resumo, pode-se dizer que o debate feminista hoje gira em torno de duas abordagens básicas: a perspectiva anglo-americana e a francesa. A primeira, mais de linha sociológica, afirma que as mulheres são iguais aos homens, negando, portanto, a existência de uma natureza dita feminina. Para essa concepção, a feminilidade foi algo construído historicamente, sobretudo a partir de discursos médicos e filosóficos masculinos, para justificar as diferenças sociais entre os sexos. Por outro caminho, a perspectiva francesa defende a existência de diferenças subjetivas entre homens e mulheres, acreditando, assim, em uma forma feminina – ou masculina – de lidar com o mundo.” (SCOFIELD, 2008: 3).

No contexto atual, o cenário econômico liberal dos mercados, com novas regras de comércio e de políticas, assim como os ajustes sociais estão marcando profundamente o movimento feminista. Nesse sentido, um elemento chave nesse processo é a elaboração de um poderoso pensamento liberal que tem como referência o atual modelo econômico que se afasta de problematizações ideológicas e que prioriza o desenvolvimento econômico como base para a organização social, uma vez que se almeja uma consolidação política, social e cultural hegemônica.

Nessa conjuntura em que os direitos sociais, assim como as conquistas democráticas, em especial da população negra, feminina e homossexual são extremamente afetada no Brasil, as políticas baseadas em modelos teóricos liberais ganham centralidade ao mesmo tempo em que demonstram seu posicionamento abstrato e indiferente aos movimentos sociais. Logo, o feminismo entra na defesa dos direitos universais das mulheres ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade feminina quanto às identidades individuais.

Portanto, nota-se, por exemplo, que o machismo vivenciado por mulheres brancas e que tiveram acesso à escolarização não pode ser considerado um referencial para a compreensão da dominação masculina nos espaços públicos e privados; tampouco o movimento feminista deve ser reduzido somente ao embate pela igualdade feminina na sociedade, tendo como necessidade as pautas de transformação radical dos modelos sociais e individuais. As mulheres são 'expostas à vulnerabilidade durante o período de desenvolvimento por suas expectativas pessoais (e socialmente reforçadas). (MIGUEL; BIROLI, 2014: 35).

O movimento feminista atualmente representa a resistência feminina no que diz respeito às dificuldades ainda encontradas na sociedade, as quais limitam e impedem uma efetiva participação cidadã e política entre os espaços e territórios socialmente construídos na cidade, uma vez que a preservação da esfera privada em relação à intervenção do Estado e mesmo às normas e aos valores majoritários na esfera pública significa, em larga medida, a preservação de relações de autoridade que limitaram a autonomia das mulheres. (...) (MIGUEL; BIROLI, 2014: 32). Assim, o feminismo, independente de sua base teórica, é um projeto político comprometido com a mudança social orientado para conseguir a igualdade humana. E, nesse sentido, explicita as desigualdades de gênero, mostrando como as relações sociais são também atravessadas por relações desiguais entre homens e mulheres que contribuem para a subordinação destas, na sociedade. (SILVA da, 1998: 107). Portanto, ao movimento feminista se aglutina uma série de grupos que atuam cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. (BLAY, 2003: 91).

5.1.2 A instituição da violência contra a mulher

Segundo a Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a violência contra a mulher pode ser definida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Portanto, a violência contra a mulher é uma instituição histórica e cultural que permanece no decorrer do desenvolvimento das sociedades. Neste sentido, a violência é uma herança comum, historicamente, a todas as classes sociais, culturais e sociedades, portanto, um fenômeno intrínseco ao processo civilizatório, constituindo como elemento estrutural que participa da organização das sociedades. (GOMES et al, 2007: 505).

Desta forma, a violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia, como já havia, há muito, revelado. (SAFFIOTI, 2001).

“Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum.” (SAFFIOTI, 2001).

Assim, a violência contra as mulheres se manifesta de diferentes formas, na sobreposição das escalas pública e privada. À mulher é concedida à exposição à riscos de perda de autonomia sobre o próprio corpo e à independência na vivência como cidadã. Dessa forma, a instituição social que evidencia as práticas de agressão e subserviência feminina na sociedade se imbrica entre as relações cotidianas e às correlações espaciais nas quais as mulheres se inserem.

Neste sentido, a movimentação feminista vai de encontro as ações públicas que buscam combater e atender casos de violência contra a mulher, em suas diferentes esferas de ocorrência.

5.1.3 Políticas públicas para mulheres

Com o fortalecimento do movimento feminista no Brasil, em meados da década de 1970, se consolidaram ações cujos reflexos, de imediato, foram sentidos na tentativa de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais, na busca pelo estabelecimento de pautas que fossem

específicas e direcionadas ao público feminino. Nesse sentido, é válido ressaltar que o conceito de gênero estrutura-se, segundo Scott (1995), a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, etc. entre os sexos, uma vez que sinaliza as condições de desigualdades presentes entre homens e mulheres, sobretudo, relações hierárquicas e de poder.

“As conquistas do movimento feminista em conjunto com o Estado para implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres surgiram na década de 1980. Em 1985 foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). No ano seguinte a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte foram criadas, consolidando as primeiras ações do Estado para a promoção dos direitos das mulheres no país.” (LEANDRO, s/d: 12).

Portanto, ao haver a proposição de políticas públicas de gênero é necessário que se estabeleça o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres. Assim, é pressuposto que o Estado compreenda que as políticas públicas, com recorte de gênero, são as que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas dirigidas às mulheres (Farah, 2004; Silveira, 2003).

Para que as políticas públicas possam ter manutenção eficaz em suas condições de aplicabilidade, é necessário que a Constituição garanta mecanismos de efetivação. Neste sentido, a Constituição de 1988 foi um marco no processo de redemocratização ao instituir e consolidar avanços relevantes no que tange à ampliação de direitos das mulheres e no estabelecimento das relações de gênero mais igualitárias. (LEANDRO, s/d: 2).

No âmbito do executivo federal, as políticas são efetivadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que por sua vez constitui o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Anteriormente, as ações de enfrentamento contra a violência de gênero eram atribuídas a profissionais vinculados ao atendimento e manutenção das casas-abrigo e das delegacias especializadas (DEAMS).

Além desses organismos, as políticas públicas passam a ser orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), desdobradas pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, sejam eles estaduais ou municipais. Dessa forma, as diferentes escalas das políticas públicas voltadas às mulheres (federal, estadual e municipal) devem estar articuladas com o Plano

Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e utilizando como parâmetro para a formulação de novas ações governamentais de igualdade de gênero. Como pressupostos se encontram a elaboração de ações que auxiliem na autonomia feminina; na resistência à divisão sexual do trabalho (do ponto de vista de valores e, sobretudo, de equipamentos sociais que interfiram na manutenção do trabalho feminino), na tentativa da redução da desigualdade de gênero através da ampliação de serviços, na busca da redução da disparidade da participação política nas diferentes escalas, e na necessidade de elaborar políticas de prevenção e de atendimento às diversas formas de violência contra a mulher etc.

No sentido das políticas que participem no enfrentamento à violência contra a mulher, segundo Leandro (*sem data*), entre os anos de 1985 e 2002, o foco das ações residiu na criação de Delegacias especializadas e Casas Abrigos, em integração a mecanismos de segurança e assistência. Esta ênfase de atuação possibilitou o surgimento do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, no ano de 2002, que era gerenciada pela Secretaria de Estado de Direitos da Mulher, mantendo o vínculo com o Ministério da Justiça. (LEANDRO, s/d: 12).

Já em 2003, é criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), marco que efetivou a o surgimento de novos serviços como Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, Defensorias da Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor e Promotorias Especializadas, por exemplo. Além de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência. (LEANDRO, s/d: 12).

Ainda segundo Leandro, entre os anos de 2004 e 2007, após a realização da I e II Conferência de Políticas para Mulheres e posterior construção coletiva dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, a rede de atendimento pautada no enfrentamento a situações de violência, deixa de permanecer apenas nas dimensões de segurança pública e assistência social, e passa a envolver os demais setores do Estado. Neste contexto, em 2006 é criada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), uma conquista importante que obriga o poder público a investir em mecanismos de prevenção e apoio às mulheres.

“(...) esta lei proporcionou mudanças relativas ao atendimento das mulheres nos serviços públicos, pois reconhece a situação de violência doméstica como uma violação de direitos humanos das mulheres e possibilita a caracterização da violência como um crime, estabelecendo várias formas de violência doméstica como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.” (TELES, 2010 apud. LEANDRO, s/d).

A partir desses pressupostos, a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito a atuação articulada entre as instituições, serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias de prevenção e de políticas que garantam a construção da autonomia das mulheres. Já a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam a ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento. Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. (SPM, 2011, p. 8).

5.1.4 A mulher (in)visível na Geografia

No que diz respeito à Geografia brasileira, embora os estudos tenham pouco progresso na análise de gênero, nos países anglo-saxões a chamada “Geografia Feminista” é intensivamente presente desde meados da década de 1970. A tradição empirista preocupou-se em construir a visibilidade das mulheres no espaço, categoria chave da ciência geográfica. Foram fundamentais os levantamentos quantitativos, os mapeamentos de fenômenos envolvendo o universo feminino e, principalmente, a crítica à objetividade e à neutralidade de determinadas formas de conhecimento e da produção da ciência geográfica.

Segundo Martínez (1995 apud SILVA da, 1998: 108), existem, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero. São elas:

1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza; o espaço enquanto constructo social e de gênero, o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero, a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo). Nesse sentido, há uma histórica dissimetria de poder e apropriação destes conceitos relativos às mulheres.

2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero; uma vez que em uma análise estrutural da população as mulheres ocupam territórios específicos, vinculados às funções socialmente impostas e pela sobreposição da esfera privada sobre a pública. Por exemplo, para as mulheres da classe trabalhadora que ganham

muitas vezes menos do que o salário mínimo e recebem poucos benefícios, quando os recebem, [a inserção no mercado de trabalho] significa a continuidade da exploração de classe. (MIGUEL; BIROLI, 2014: 36).

3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais). Em uma sociedade burguesa, é evidente a contradição entre um ideal orientado pela 'livre' manifestação dos indivíduos e a fundação de desigualdades no que diz respeito à divisão sexual entre as 'escolhas' sociais. Por outro lado, engajamento voluntário e subordinação conviveram em arranjos nos quais as mulheres alienaram parte de si, na medida em que concediam ao marido o controle sobre sua pessoa, em um 'acordo' que inclui restrições das mulheres sobre o próprio corpo (MIGUEL; BIROLI, 2014: 48).

A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo de pesquisa geográfica. Esta dificuldade de trazer a mulher para um campo de visibilidade na produção do espaço é de diversas ordens. (SILVA, 2003: 34). Nota-se, portanto, que a opressão sobre as mulheres está em uma dimensão ampla ao englobar toda a sociedade. As ausências e os silêncios de determinados grupos sociais são resultantes de embates desenvolvidos na comunidade científica, que criam hierarquias e dependências. (SILVA, 2009: 25).

"A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina." (SILVA, 2003: 33).

Segundo Reis (2015), o movimento feminista das geógrafas, que denunciava a invisibilidade das mulheres como sujeitos e objetos da ciência geográfica, desestabilizou a noção da ciência como um saber neutro, objetivo, pautado nas verdades científicas e deflagrou um importante debate epistemológico que acabou por reconhecer a geografia como um saber moderno, eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual. Além disso, a vitalidade das discussões das relações de gênero e espaço é maior nas geografias norte-americana e europeia, as quais têm

contribuído significativamente para legitimar o tema enquanto problema científico, fundamentado seus estudos na existência do feminismo enquanto um parâmetro simbólico. (SILVA, 2003: 35).

“(...) a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica. Trata-se, então, de explicitar as desigualdades. A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo.” (SILVA da, 1998: 109).

Trata-se, então, de explicitar as desigualdades. “A Geografia, de uma maneira geral, tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo. (...) Entendido que o espaço não é neutro do ponto de vista do gênero, torna-se necessário incorporar as diferenças sociais entre mulheres e homens e as diferenças territoriais nas relações de gênero.” (SILVA da, 1998: 107).

5.2 A questão espacial

O espaço sempre foi o lócus da produção. A ideia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa. Mas, o processo direto da produção é, mais que as outras instâncias produtivas (circulação, repartição, consumo), tributário de um pedaço determinado de território, organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção. Segundo Santos (1992: 49) "o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente mudança". Assim, a sociedade não opera fora do espaço, e, sim, atua sobre ele, provocando um movimento temporal.

Portanto, espaço materializado da cidade apresenta-se como resultado do que se consolidou no ambiente ao longo de diferentes épocas. O espaço é dinâmico, e sua dinamicidade é atribuída ao fato deste ser reflexo da sociedade e do sistema político e econômico vigente. Quando é adotada a perspectiva do contexto da urbanização de Campinas a partir de um desenvolvimento desigual e combinado, no qual privilegia a concentração de serviços em regiões específicas, nas quais em maior parte dos setores, conflui o fluxo de pessoas e informações em pontos específicos do território, é possível notar que a regionalização dos setores públicos leva em consideração questões econômicas, sociais e estruturais dos pontos em que estão inseridos, de modo a atender determinadas populações. Dessa maneira,

há distinções bem marcadas das realidades vivenciadas pelas mulheres em diferentes pontos da cidade.

Assim, a noção do espaço urbano como produto e condição das relações sociais de produção não seria suficiente para dar visibilidade às mulheres enquanto sujeitos capazes de resistir à dominação masculina e construir novas lógicas de produção do espaço urbano. O espaço público se caracteriza por ser um espaço de busca da materialização da cidadania. O exercício da cidadania está estreitamente ligado ao direito à cidade, às necessidades básicas intrínsecas ao indivíduo como o habitar, a diferentes formas de apropriação do espaço, que são essenciais para o indivíduo, que correspondem ao direito à vida, onde no espaço urbano o indivíduo é livre para exercer suas ações e vivenciá-lo.

“Apesar de haver leis que determinam a acessibilidades, estas não costumam ser respeitadas. Há uma gama de legislações em âmbito municipal, estadual e federal que determinam o direito de acessibilidade à população. Contudo, essa condição não se estabelece no cotidiano da cidade, visto que cada vez mais os espaços públicos estão se configurando como espaços de riscos, com formas e funções diversificadas, que não está se materializando como um espaço acessível a todos. A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um de seus efeitos; a restrição do universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é do âmbito privado, é outro.” (MIGUEL; BIROLI, 2014: 31).

Portanto, é possível dizer que o espaço ocupado pelo ser humano é, ao mesmo tempo, produto e condicionante das relações sociais que nele ocorrem. Condicionante na medida em que influencia diretamente nas condições de existência daqueles que dele dependem, e produto, uma vez que reflete os meios de reprodução de uma sociedade específica em um determinado período de tempo. (NETO, CRIVELATTI, 2013: 17). Neste sentido, a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. (SANTOS, 1987: 141). Assim, é possível agregar entre as forças determinantes a intensa presença patriarcal na constituição cultural da sociedade, que acaba por estabelecer espaços de (não)permanência feminina dada as circunstâncias localizacionais do espaço.

“É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. (...) Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e sua fluidez. Num território onde a localização dos

serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem.” (SANTOS 1987: 144).

Desse modo, a acessibilidade é atributo do espaço geográfico que reúne o conjunto de meios materiais, regulações e serviços num dado subespaço, capaz de oferecer a um agente a possibilidade de se deslocar ou de fazer movimentar bens e informações outros pontos do território. Portanto, o processo de urbanização e o sistema de circulação oferecido pela cidade aos indivíduos são fundamentais para explicar os usos e as apropriações dos lugares.

“O reconhecimento destas práticas importa igualmente em tratar as mulheres como cidadãs, reconhecendo seus direitos a participar mais ativamente do espaço político. Contudo, não se trata de uma luta exclusivamente feminista, mas sim do reconhecimento de que tais ações revelam questões comuns com outros segmentos sociais ou grupos de gênero. O elemento comum destas situações é que todos demonstram situações de opressão, e impulsionam reações para defesa das liberdades e da satisfação de necessidades sociais que diretamente se vinculam à existência digna do ser humano.” (FRANÇA, et al, s/d: 300).

5. 3 Território em foco

Território pode ser comumente definido como uma área delimitada por fronteiras provenientes da relação de poder. Historicamente, a expressão território é vinculada à palavra “territorium”, expressão que se refere a uma porção de terra delimitada por determinada instância de poder. Apesar desta definição simples, o conceito de território é polissêmico e tornou-se muito longo historicamente o que dificulta uma definição unicamente completa. Portanto, o território não é estático, uma vez que seus usos e significados se alteram conforme a dinâmica da sociedade que, ao longo do tempo, redefine as relações de poder (materiais e simbólicas) entre grupos sociais e espaços. (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013: 83). O território não é uma entidade pura, não é apenas natureza, não é apenas político, não é apenas econômico ou cultural, tampouco é homogêneo. O território usado constitui-se de formas e ações e é sinônimo de espaço humano (SANTOS 1994 apud. NASCIMENTO; MELAZZO, 2013).

“(...) entender o território não é apenas estudar o espaço geográfico como um dado inerte. Este estudo exige a compreensão das relações sociais e dos padrões de civilização adotados na contemporaneidade histórica. Exige também o entendimento do processo cultural construído em sociedades nacionais e em escala mundial, de modo a compreender como a cidadania

se processa nos espaços de reprodução da vida.” (DINIZ, 2012 apud NASCIMENTO; MELAZZO, 2013: 84).

As ações organizam os objetos de tal modo que o território ganha uma quantidade infinita de paisagens, de formas e de arranjos espaciais. Da mesma maneira, a ação depende destes diversos arranjos para se concretizar. Portanto, o território é o resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais que promovem condições particulares para a construção dos indivíduos que dele compartilham. (SANTOS, 1999: 19). Logo, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos (BRASIL, 2008: 54 apud. NASCIMENTO; MELAZZO, 2013).

“Nesse contexto, Santos (2001, p. 19) complementa: [...] a linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço. [...] Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro. Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado.” (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013: 78).

Assim, a cidade é palco de representações e resistências das diferenças, em um movimento contínuo de agentes tentando garanti-las e materializá-las no território. Portanto, circular em certas áreas, em certas direções e em certos horários podem ser atos muito significativos. Ao aceitarmos que a circulação ganha um papel destacado na compreensão da cidade atual, abrimos caminho para novas interpretações do sentido de cidade, pois será nesses movimentos que iremos transparecer a riqueza de nossa organização socioterritorial. (HOSPODAR; VALVERDE, 2004: 125-126).

“Se trata de un discurso oficial, en el sentido de que en él se reconocen todas las organizaciones, agencias e instancias internacionales, los gobiernos de los distintos países y la inmensa mayoría de las organizaciones políticas con presencia en sus instituciones. En la encrucijada de los diversos procesos antes señalados se encuentran las mujeres, lo que explica la importancia que se les concede y los intentos de incorporar y articular sus necesidades y aspiraciones en el nuevo contexto.” (MONTERO, 1996: 101).

Deste modo, em contribuição à perspectiva desenvolvida por Milton Santos, o território pode ser encarado como uma categoria geográfica que, em conjunto com

os atores que o compõe, atua na (re)construção de realidades coletivas, podendo (ou não) potencializar o fortalecimento da cidadania ao mesmo tempo em que pode auxiliar no detrimento da civilidade. Isso significa que, em um mesmo dia, em um mesmo lugar, dependendo da hora ou de circunstâncias especiais, um cidadão pode perceber diversos sinais de territorialização. (HOSPODAR; VALVERDE, 2004: 125). Assim, pensar políticas públicas na ótica do território e dos vínculos sociais não significa pretender a homogeneização das condições sociais e das realidades cotidianas, mas buscar uma visão estratégica para a otimização dos esforços públicos. (NASCIMENTO; MELAZZO, 2013: 83).

“Dentro de tudo isso, nós consideramos que uma das consequências mais evidentes do territorialismo urbano como um vetor de mudança das cidades estaria na associação do espaço público como espaço do conflito e da competição, rompendo parcialmente o sentido de cidade aberta, democrática e capaz de combinar de maneira harmoniosa as diferentes representações sociais. Esse sentido ideal está se tornando cada vez menos visível nas cidades, restrito a certas áreas e horários, tornando a experiência urbana cada vez mais complexa.” (HOSPODAR; VALVERDE, 2004: 124).

Portanto, é no território que se materializam as desigualdades e, por ser considerado dinâmico, possui um desenvolvimento próprio que evidencia as disparidades entre os conflitos sociais e espaciais que abriga, assim como as consequências que se espalham pela cidade. A forma como os sujeitos fazem suas escolhas tem estreita relação com a capacidade de participação, mas também com a distribuição do poder nesses espaços. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009: 737).

5.3.1 Os territórios hostis

Nessa perspectiva, conforme ressalta Santos (2005: 48-49), o ativismo dos movimentos de mulheres apresenta-se como uma forma alternativa de desenvolvimento, sendo considerada pelo autor como uma das linhas principais de pensamento e ação que penetraram na esfera da produção, trazendo formas viáveis de desenvolvimento para além daquelas tradicionalmente conhecidas pelo capitalismo neoliberal. Portanto, a resistência das mulheres no território urbano colabora com os questionamentos sobre a espacialização dos serviços e das desigualdades locais pela cidade. A questão de gênero é um importante fator no que diz respeito ao acesso dos serviços oferecidos na cidade.

Assim, segundo Silva (2009), nota-se que o debate espacial e territorial passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero.

Cada organização é produto e condição das relações de gênero instituídas (e hierarquizadas) socialmente.

“Além disso, este é também compreendido como um espaço real vivido onde são tecidas relações de poder, dominação e controle e, sobretudo, onde aparece seu caráter de rede. Já para Leite (1999) o território inscreve limites, indica a presença da fronteira concreta, simbólica ou de ambas. Torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo. Indica a unidade na diversidade”. (FRANÇA et al, s/d: 299).

Portanto, o território apresenta a separação de gêneros, com áreas dedicadas à produção do capital, hegemonicamente masculinas, e áreas ligadas à reprodução social, associadas a vivências femininas (SILVA, 2009). Assim, a forma como o território urbano é tende a reforçar as fronteiras entre o feminino e o masculino, constituindo uma barreira para a superação das desigualdades de gênero. Neste sentido, o corpo feminino também representa o campo de controle da sociedade e do próprio Estado na manutenção de seus interesses. A relação das mulheres com a construção/manutenção do território é fundamental. E suas ações devem ser pensadas como manifestações de uma cidadania ativa, principalmente quando constatado que as desigualdades sociais também se verificam no território. (FRANÇA et al, s/d: 300).

Nessa perspectiva, além de expor a posição relativa das mulheres no acesso a recursos e oportunidades, essas desigualdades são indicativas da vulnerabilidade maior das mulheres e daqueles que delas dependem, sobretudo quando os arranjos familiares se distanciam do padrão convencional. (MIGUEL; BIROLI, 2014: 11). A partir desse pressuposto,

“Segundo Yazbek (2008), vulneráveis são as pessoas ou grupos que, por condições sociais, de classe, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida. O que implica: suscetibilidade à exploração; restrição à liberdade; redução da autonomia e da autodeterminação; redução de capacidades; fragilização de laços de convivência; rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a probabilidade de um resultado negativo na presença de risco.” (CAMPINAS, PMAS – Plano Municipal de Assistência Social – 2014 / 2017).

Assim, a concepção de vulnerabilidade social das mulheres considera não somente aspectos objetivos, como condições precárias de acesso a serviços públicos, como também a relevância de variáveis subjetivas, como características sociais e culturais que acabam por constituir a dimensão relacional da situação de vulnerabilidade. A dimensão relacional posta no direito ao convívio é assegurada ao

longo do ciclo de vida por meio de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento. (PMAS, 2004, p.30). Compreende-se, portanto, a vulnerabilidade como uma conjunção de fatores, sobrepostos de diversas maneiras e em várias dimensões, de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (BRUSEKE, 2006 apud. CANÇADO; SOUZA de; CARDOSO, 2014).

Nesse sentido, o território é constituidor da estrutura de riscos, associada ao processo de formação do território, a sua estrutura de oportunidades e à ação local de segregação da população carente e das atividades de baixo rendimento. (FERREIRA, 2008 apud. CANÇADO; SOUZA de; CARDOSO, 2014).

“(...) a estrutura de riscos do local está ligada ao processo de formação do território, a sua estrutura de oportunidades e à ação local de segregação da população carente e das atividades de baixo rendimento. O território aparece aqui como fundamental estrutura de oportunidades. “A espacialização confirma as diferenciações sociais existentes que se tornam espaciais, sem deixar de ser sociais” afirma a autora. Há uma espécie de produção espacial de injustiça social, com claras delimitações espaciais da exclusão e opressão.” (FERREIRA, 2008 apud. CANÇADO; SOUZA de; CARDOSO, 2014).

Desta forma, o território é ator imprescindível na manutenção das vulnerabilidades, decorrentes de estruturas associadas à territorializações históricas, constituídas a partir de dinâmicas sociais vigentes. Assim, dimensões relacionais e objetivas são constituidoras das diferentes vertentes de análise propícias a características que proporcionam a identificação de territórios hostis e que, portanto, possuem dinâmicas que integram riscos à vulnerabilidade. Presença ou ausência de movimentações governamentais e organizacionais, escassez de recursos públicos para o enfrentamento de questões de ordem pública como segurança, saúde e assistência, por exemplo, além de índices de desigualdade, pobreza e desenvolvimento são variáveis que auxiliam na identificação de hostilidades territoriais.

Segundo Miguel e Birolli (2014), faz sentido, portanto:

“abandonar a visão de que a esfera privada e a esfera pública correspondem a ‘lugares’ e ‘tempos’ distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, e práticas e de direitos (...) permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra.” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A partir dos pressupostos discutidos com relação à formação e caracterização dos territórios, é possível inferir questões que norteiam uma nova constituição territorial: a hostilidade. Dessa forma, o território pressupõe variáveis que em conjunto, dificultam ou facilitam a permanência de determinados grupos sociais (no caso desta monografia, as mulheres).

Portanto, os territórios podem ser considerados hostis a partir do momento que impedem a eficácia da vivência dos direitos plenos de circulação e permanência dos cidadãos. Na perspectiva do gênero, a hostilidade se constitui como consequência eminentemente construída através de mecanismos históricos, sociais e culturais que promovem a desigualdade entre homens e mulheres nas diferentes esferas, sejam elas pública ou privada.



6. Resultados e Discussões

6. 1 Coleta de Dados

Para compreender a dinâmica das mulheres em Campinas, fez-se necessário interagir com os dados sobre o público feminino na cidade. A busca por informações se consolidou na base necessária para a análise dos resultados alcançados através do mapeamento das macrorregiões da cidade.

Neste sentido, o enfoque do trabalho permeia dados que concretizam a realidade social das mulheres em Campinas no que diz respeito ao atendimento público especializado, à situação de rendimento e às notificações de violência contra a mulher. Estes três pilares constituem as dimensões necessárias para a correlação deles com a caracterização de territórios hostis em Campinas sob a perspectiva das mulheres.

6.1.1 Ser mulher no território

Segundo o IBGE (2010) entre as mulheres, que representam mais da metade da população brasileira (51,5%), as negras são metade deste contingente feminino, ou seja, representavam em 2011, 50,2 milhões de brasileiras (IBGE/PNAD, 2011). Além disso, através da análise das taxas de atividade de acordo com a idade, cor ou raça, mostrou uma maior inserção no mercado de trabalho das mulheres brancas (66,1%) em relação às negras (62%); uma diferença de quatro pontos percentuais (IBGE, 2011). Já o trabalho doméstico ocupava cerca de 6,6 milhões de pessoas, entre as quais 92% eram mulheres. As mulheres negras representam 61% destas trabalhadoras. (IBGE/PNAD, 2011). Além disso, dados apresentados no Mapa da Violência de 2010, mulheres negras são as maiores vítimas da violência doméstica: morreram 48% mais mulheres negras do que brancas vítimas de homicídio, diferença que vem se mantendo ao longo dos anos.

Além da violência, muitos dos direitos públicos não são assegurados às mulheres, como a igualdade salarial, por exemplo. Nesse sentido, parece claro que a divisão de tarefas na base da nossa sociedade motiva, justifica e legitima a subalternidade feminina dentro de um determinado regime de visibilidade. Assim, as mulheres estão mais expostas aos processos decorrentes de uma marginalização social no sentido de que o território não é neutro no que diz respeito aos interesses e imposições que são referidos a ele (ou são colocados por ele) aos indivíduos que dele compartilham. No Brasil, a taxa de feminicídios é a quinta maior taxa do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). De janeiro a novembro de 2016,

76.877 registros de violência contra a mulher foram contabilizados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo. Já em 2017, os dados da SSP demonstram a permanência de elevadas taxas de violência contra a mulher: violações que as impedem de exercer plenamente seus direitos sobre si e no território, conforme é possível se observar na Tabela 3.

Tabela 3: Números da violência contra a mulher em municípios do interior paulista (2017)

Tipo de violência	Notificações
Homicídio Doloso	18
Homicídio Culposo	0
Tentativa de Homicídio	80
Lesão Corporal Dolosa	13.270
Maus tratos	101
Calúnia - Difamação - Injúria	3.239
Constrangimento Ilegal	41
Ameaça	16.039
Invasão de domicílio	77
Dano	281
Estupro consumado	115
Estupro tentado	17
Estupro de vulnerável	137
Outros (conotação sexual)	17

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (2017). Adaptação própria.

* os dados são referentes à somatória das ocorrências dos meses de fevereiro, abril, junho, agosto e outubro de 2017.

Logo, as mulheres acabam por sofrer violências que ultrapassam as relações individuais e se materializam pelos espaços públicos e nas territorializações que são constantemente reafirmadas na cidade. Nota-se, assim, que é negado às mulheres a proteção e a autonomia de sua identidade. Neste sentido, segundo Miguel e Birolli (2014):

“(...) simultaneamente, uma localização (na esfera doméstica) e uma subordinação (ao cônjuge, por exemplo), é que em sociedades nas quais prevalecem práticas sexistas e misóginas, a mulher é alvo de violência tanto na esfera doméstica quanto fora dela, quando esses laços “protetores” não são reconhecidos. Ainda assim, a ameaça difusa que a violência sexual representa para as mulheres pode ser pensada como um dos aspectos que as definem como um grupo social distinto dos homens.” (MIGUEL; BIROLLI, 2014: 42-43).

6.1.1.2 Mulheres em Campinas

Segundo dados do IBGE (2010), a população de Campinas é composta por mais de 550 mil mulheres, divididas em cinco grandes regiões na cidade. Tais regiões são diferenciadas conforme sua representatividade para o território campineiro e suas diferentes funções no espaço urbano. Em comparação com a população total campineira coletada no último Censo Demográfico (2010), as mulheres constituem uma parcela de 51,74% dos habitantes totais do município, como se nota nos dados da Tabela 4.

Tabela 4: Distribuição da população entre homens e mulheres e respectivas faixas etárias no município de Campinas (SP)

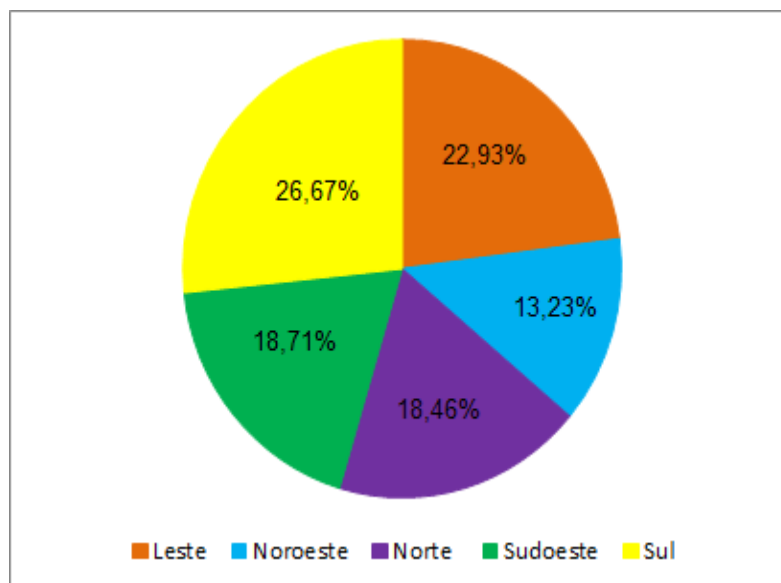
Idade	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	32.541	31.330
5 a 9 anos	33.570	32.214
10 a 14 anos	39.891	38.690
15 a 19 anos	41.344	40.346
20 a 24 anos	48.225	48.593
25 a 29 anos	51.178	52.883
30 a 34 anos	47.315	49.301

35 a 39 anos	40.812	43.304
40 a 44 anos	37.955	41.355
45 a 49 anos	34.630	38.876
50 a 54 anos	31.354	35.795
55 a 59 anos	25.295	29.515
60 a 64 anos	19.059	23.211
65 a 69 anos	13.766	16.986
70 a 74 anos	10.457	13.743
75 a 79 anos	6.832	10.260
80 anos ou mais	6.641	12.842
Total	521.525	559.244

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010). Adaptação Própria.

A partir dos dados do Censo Demográfico (2010), nota-se o predomínio de mulheres com idade entre 25 e 29 anos, além de um elevado número de concentração feminina em faixas etárias acima dos 60 anos. Portanto, a população feminina, além de superar a masculina em números totais, apresenta maiores índices de envelhecimento.

Por regiões, observa-se a tendência populacional de concentração demográfica, em que a Macrorregião Sul apresenta o maior contingente habitacional entre as mulheres, representando o total de aproximadamente 26,67% do total de mulheres em Campinas, acompanhando a tendência demográfica do município, conforme demonstra o Gráfico 2.

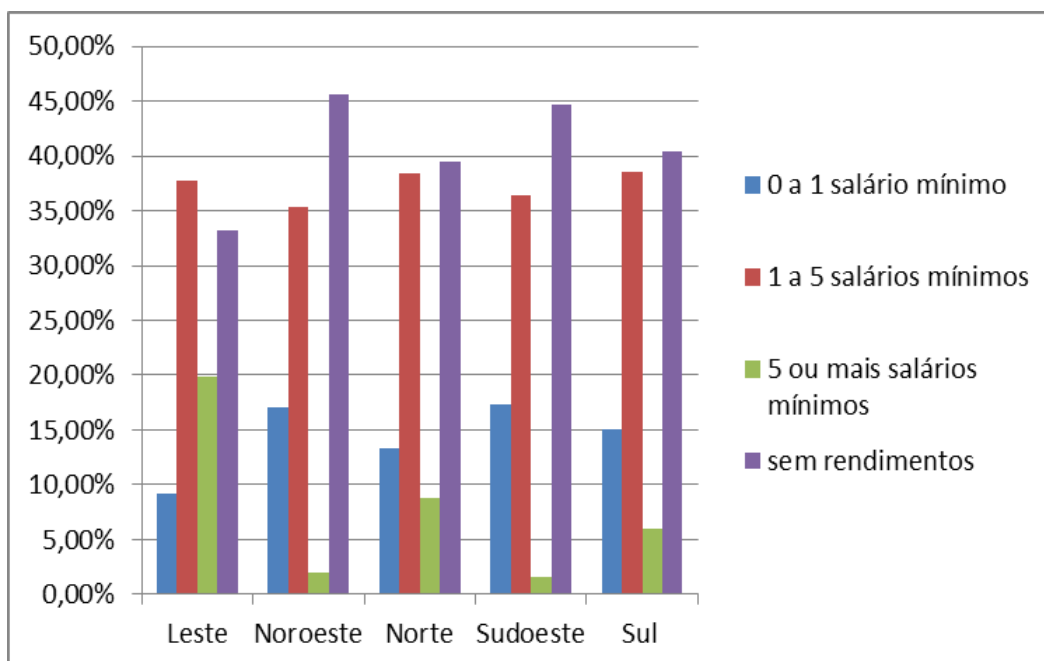
Gráfico 2: Porcentagem de mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)

Fonte: Censo IBGE 2010. Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Adaptação própria.

Na análise conjunta entre a quantidade de mulheres por macrorregião a partir das faixas de rendimento, nota-se que há a repetição do padrão de elevado público sem rendimentos. Aproximadamente 40,04% do total de mulheres se encontram nessa situação. Esse fato é sintomático na medida em que uma parcela de mulheres não possui a própria independência financeira. Nesse sentido, se faz necessário considerar a permanente divisão sexual do trabalho que volta a mulher à esfera doméstica, dificultando sua autonomia. A rígida divisão de papéis entre o feminino e o masculino, deslocada para o espaço público, concretiza no senso comum o homem como provedor e as mulheres, muitas vezes, responsáveis pela esfera doméstica.

Seguindo o panorama econômico característico das macrorregiões de Campinas, as regiões Leste e Norte apresentam, respectivamente, os menores índices de baixa concentração de renda (0-1 salário mínimo). Essa situação se complementa com o fato de essas regiões apresentarem as maiores densidades (proporcionais) de mulheres com rendimento igual ou superior a 5 salários mínimos, como observa-se no Gráfico 3. Nota-se, portanto, que nessas duas macrorregiões se intensificam a concentração de renda na cidade, decorrente de processos históricos, sociais e econômicos que as dinamizam e funcionalizam no território urbano.

Gráfico 3: Porcentagem de mulheres por Macrorregião de Campinas (SP) por faixa de rendimento



Fonte: Censo IBGE 2010. Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Adaptação própria.

Além disso, as regiões Noroeste, Sudoeste e Sul apresentam os maiores índices proporcionais de concentração de mulheres na faixa de rendimento de 0 a 1 salário mínimo. Nota-se, portanto, que essas regiões são mais propícias à concentração de baixos níveis de renda, situação distinta do que se observa nas regiões Leste e Norte, em que a proporção de mulheres com rendimentos iguais ou superiores a 5 salários mínimos é maior.

Neste sentido, é importante ressaltar o debate envolvido sobre a vulnerabilidade econômica na qual as mulheres estão expostas. Neste caso, a permanência do “não rendimento” entre a população feminina trás consigo significados que permeiam desde indícios de concentração de pobreza até maior dependência financeira com o (ex)conjugue ou com outro membro da família, por exemplo. Nota-se, portanto, que a vulnerabilidade econômica persiste em todas as macrorregiões de Campinas.

Outro ponto de importante relevância é que a renda é fator condicionante no acesso a serviços por parte das mulheres. No trabalho em questão, a rede de equipamentos levanta é pública, concebida através de movimentações governamentais e institucionais. Contudo, outros equipamentos são oferecidos,

como aqueles vinculados a instituições privadas e ONGs, por exemplo. Contudo, mulheres que apresentam maiores rendimentos possuem maior tendência de acesso a esses locais, ao passo que mulheres com menores concentrações de renda apresentam acessibilidade restrita à cidade e aos equipamentos de atendimento especializado.

6.1.1.2.1 A rede de equipamentos públicos de atendimento à mulher em Campinas

Segundo o INFOMAP (Mapa de serviços de Campinas, 2017), a rede de serviços públicos de Campinas pode ser dividida da seguinte forma: equipamentos de assistência social, cultura, educação, esportes, saúde, segurança pública, telecentros e SANASA. Integrada, a rede exerce um papel fundamental na organização e no uso do território em suas diversas escalas.

Essa articulação, portanto, é produto e condição social historicamente construídas e contextualizadas, em que são dotadas de intencionalidades e reguladas politicamente (através dos interesses entre a força da sociedade, do mercado e do Estado) e condicionada por limites técnicos. Dessa maneira, a rede não é somente uma realidade material, mas também social e política.

Em Campinas, a Coordenadoria Setorial de Políticas para as Mulheres é responsável por coordenar e promover políticas e diretrizes voltadas às mulheres, articulando todas as esferas de governo e sociedade civil do município, na perspectiva dos direitos humanos e de sua plena integração social, política e econômica. (Prefeitura Municipal de Campinas, 2017). Nesse sentido, a rede de atendimento especializado em mulheres na cidade de Campinas, vinculada ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (especialmente a assistência social, justiça, segurança pública e saúde), que buscam a integração na identificação e no encaminhamento adequado das mulheres em situação de risco e violência. Os equipamentos da rede selecionados contribuem para os fluxos da demanda feminina na cidade, no que diz respeito à articulação de instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias de prevenção à violência; e de acesso das mulheres a seus direitos.

Os dados referentes aos pontos de atendimento em Campinas voltados às mulheres foram coletados na plataforma da Prefeitura do município e a partir de informações da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Governo Federal. A partir disso, os pontos de atendimento à mulher podem ser divididos basicamente da seguinte forma: equipamentos de saúde, segurança, assistência, atendimento ao público LGBT, participantes da rede CEAMO, voltados a políticas públicas e equipamentos filantrópicos. Ressalta-se que, como rede integrada, alguns equipamentos se correlacionam mais de uma vez, em diferentes grupos de atendimento. As informações podem ser observadas no decorrer da Tabela 5.

Os pontos relacionados são públicos. Ressalta-se que essa adaptação levou em consideração os locais que foram encontrados em correlação entre as plataformas acima citadas, o que não significa que não existam outros equipamentos que se integrem à rede de atendimento a mulheres na cidade, de caráter coletivo ou em ONGs, por exemplo. Além disso, a rede aqui mencionada é constituída por equipamentos públicos, o que não anula outros atendimentos paralelos (e integrados) a eles, como centros de saúde e iniciativas privadas.

Outro ponto importante é que a integração da rede não é feita exclusivamente com equipamentos especializados somente no atendimento à mulher, uma vez que alguns locais como o Hospital Mário Gatti, o Hospital Ouro Verde e o Conselho Tutelar de Campinas possuem atribuições que vão além da demanda da rede em questão.

Tabela 5: Localização dos equipamentos públicos de atendimento à mulher no município de Campinas (SP)

GRUPO	EQUIPAMENTO	ENDEREÇO
Rede CEAMO	CEAMO Centro de Referência e Apoio à Mulher	Rua Francisco Alves, 112, Botafogo
Rede CEAMO	Conselho Tutelar	Avenida Francisco Glicério, 1269, Centro
Rede CEAMO	Delegacia da Defesa da Mulher 1	Avenida Governador Pedro Toledo, 1161, Bonfim
Rede CEAMO	Defensoria Pública de Campinas	Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, 1219, Parque Taquaral
Rede CEAMO	CAISM	Rua Alexander Fleming, 101,

		Cidade Universitária
Rede CEAMO	Hospital Mario Gatti	Rua Prefeito Faria Lima, 340, Parque Itália
Filantropia	CEPROMM Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada	Rua Corumbataí, 254, Jd Itatinga
Assistência	SOS Ação Mulher	Rua Doutor Quirino, 1856, Centro
Saúde	Hospital Mario Gatti	-
Saúde	Hospital Ouro Verde	Avenida Rui Rodrigues, 3434, Jd Santa Letícia
Saúde	CAISM	-
Políticas Públicas	Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para Mulheres	Avenida Francisco Glicério, nº 1269, Centro
Políticas Públicas	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	Rua Ferreira Penteado, 1331, Cambuí
Segurança	Conselho Tutelar	-
Segurança	Delegacia da Defesa da Mulher 1	-
Segurança	Delegacia da Defesa da Mulher 2	Rua Ferdinando Panattoni, 590, Jd Paulicéia
Público LGBT	Centro de Referência GLTTB da Prefeitura Municipal de Campinas	Rua Cândido Gomide, 223, Botafogo
Público LGBT	MOLECA Movimento Lésbico	Rua Costa Aguiar, 197, Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (2017) e Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do Governo Federal (2016). Adaptação própria.

* Para o atendimento da assistência social, além do SOS Mulher Casa Abrigo da Mulher – SARA-M, abrigo provisório para mulheres e filhos vítimas de violência doméstica, com endereço sigiloso.

Em termos de funcionalidade no atendimento, esses pontos podem ser caracterizados da seguinte forma:

- Centro de Referência e Apoio à Mulher (CEAMO): Inaugurado em 2002 em decorrência da Lei estadual nº 10.948, é um serviço social de média complexidade, voltado ao acolhimento, atendimento jurídico, social e psicológico a mulheres em situação de violência. Além disso, o serviço trabalha na divulgação da prevenção à violência contra a mulher.

- Conselho Tutelar: segundo a Prefeitura Municipal de Campinas (2017), o objetivo reside no atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias, recebendo denúncias e aplicando as medidas de proteção, sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) forem ameaçados e violados.
- Delegacias de Defesa da Mulher: especializadas no atendimento de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência física, moral e sexual.
- Defensorias Públicas de Campinas: trabalham para auxiliar indivíduos que não possuem recursos para recorrer à assessoria jurídica.
- Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM): criado em 1986 a partir de proposta da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp é tido atualmente como referência regional em complexidade terciária e quaternária na assistência à saúde da mulher e do recém-nascido, atendendo exclusivamente através do SUS.
- Hospital Mario Gatti e Hospital Ouro Verde: hospitais públicos municipais.
- Centro de Estudos e Promoção da Mulher Marginalizada (CEPROMM): foi criado em 1993, como Entidade Jurídica. De caráter filantrópico, Proporcionar meios que favorecem vida plena às crianças, adolescentes e mulheres em situação social de risco, especialmente os expostos ao abuso e exploração sexual.
- SOS Ação Mulher: fundada em 1980, a Organização da Sociedade Civil SOS Ação Mulher e Família constitui o Serviço Especializado de Proteção à Família - SESF, referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O principal objetivo é promover o atendimento psicológico, social e jurídico de mulheres, homens, adolescentes e crianças em situação de violência intrafamiliar e de gênero.
- Abrigo Sara M: Abrigo provisório para mulheres e filhos vítimas de violência doméstica, vinculado à Coordenadoria Setorial de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, responsável pelo gerenciamento dos serviços de Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.
- Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para mulheres: segundo a Prefeitura Municipal de Campinas (2017), tem por objetivo formular, coordenar e promover políticas e diretrizes voltadas às mulheres, articulando todas as esferas de governo e sociedade civil.

- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM): foi criado em 1992. É composto por representantes de ONGs, universidades, sindicatos, grupos de mulheres com representatividade em Campinas, além de representantes do governo municipal. Segundo a Prefeitura Municipal de Campinas (2017), o Conselho tem como objetivos, a deliberação, normatização, fiscalização e execução de políticas relativas aos direitos da mulher, visando ser um centro permanente de debates entre os vários setores da sociedade.
- Centro de Referência GLTTB da Prefeitura de Campinas: inaugurado em 2003, órgão ligado à Cidadania, Assistência e Inclusão Social, oferece serviços de acompanhamento psicológico e assistências social e jurídica à população LGBT de Campinas.
- MO.LE.CA Movimento Lésbico: caracterizado como uma associação civil exclusiva para mulheres, não governamental e sem fins lucrativos, o movimento tem como principais objetivos ações pela luta de maior visibilidade lésbica e bissexual, pelo combate da discriminação e pela garantia dos direitos civis dessa população.

A partir da breve análise sobre os equipamentos constituidores da rede pública de atendimento à mulher, ressalta-se que a Rede CEAMO é a que possui maior presença e integração entre os locais, abrigando relações entre saúde (Hospital Mario Gatti e CAISM), assistência (CEAMO e SOS Ação Mulher), segurança (Conselho Tutelar e Delegacia da Mulher) e políticas públicas (Coordenadoria Setorial de Políticas Públicas para Mulheres e Defensoria Pública).

6.1.1.1.4 Violência contra a mulher em Campinas

A violência de gênero pode ser encarada como uma construção histórica e cultural. Afeta crianças, adolescentes e adultos, sendo causa frequente de morbidades que atingem um elevado contingente de mulheres (jovens e em idade reprodutiva), provocando uma série de consequências ao funcionamento da rede de atendimento à mulher, uma vez que a maior parte dos locais integrados está associada ao atendimento (saúde, assistência e segurança, por exemplo) e/ou prevenção à violência contra a mulher.

Os dados de violência contra a mulher foram coletados do SISNOV (Sistema de Notificação de Violências em Campinas), que registra desde 2005 casos de violência que são de notificação compulsória do tipo interpessoal, intrafamiliar ou

urbana/comunitária, sejam eles contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos ou de cunho sexual, atendidos pela rede municipal de enfrentamento e prevenção às violências.

Até o final do ano de 2015, o SISNOV possuía 1.814 notificações de violência, tendo como principais notificadores as unidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), seguidas das unidades da Secretaria Municipal da Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS) e o grupo UNICAMP/CAISM. Segundo o SISNOV, os registros somam em média 10,9 notificações por cada dez mil habitantes, no patamar das notificações dos últimos anos.

Tabela 6: Notificações de mulheres entre 18 e 59 anos que sofreram violência por ano de denúncia no município de Campinas

Idade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
18-19	36	25	36	34	42	26	40	16
20-24	61	65	75	101	66	64	101	67
25-29	58	55	85	89	70	61	96	38
30-39	79	85	138	182	150	101	179	104
40-59	62	70	122	155	138	115	158	104
Total	296	300	456	451	466	367	574	329

Período: 2009-2016.

Fonte SISNOV - Campinas. Adaptação própria.

*2016 - primeiro semestre.

A partir da Tabela 6, nota-se que, de forma geral, as notificações de violência aumentam conforme a idade das denunciantes cresce. Esse fato demonstra que a vulnerabilidade não reside em uma faixa etária específica, uma vez que a distribuição dos índices de violência está presente em todas elas.

Tabela 7: Notificações de violência por Macrorregião de residência da vítima em Campinas (SP)

Macrorregião de moradia	Notificações totais	
	Masculino	Feminino
Sul	186	191
Sudoeste	32	39
Noroeste	77	157
Norte	88	277
Leste	32	79

Período: 2016.

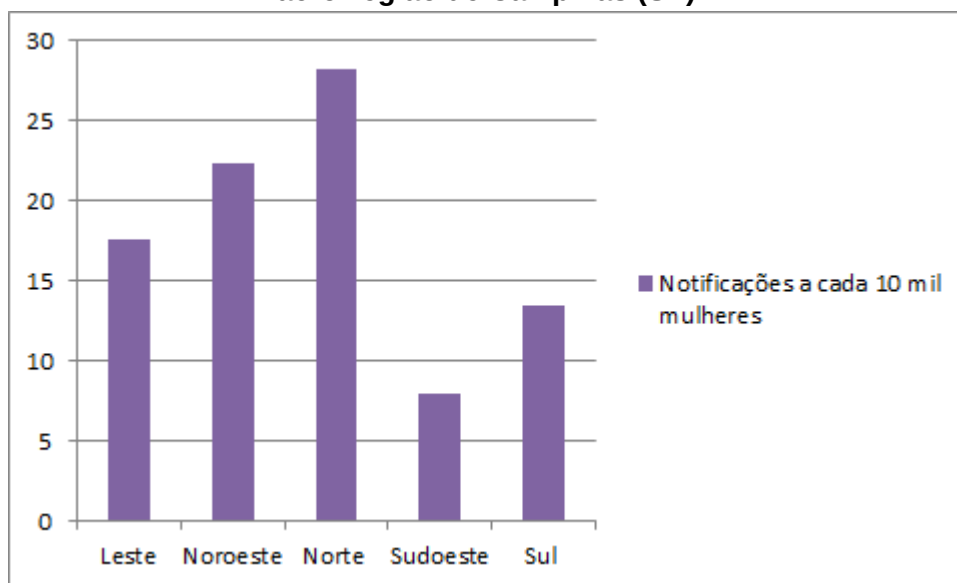
Fonte: SMS, SISNOV, Tabnet - Campinas. Adaptação própria.

(*) excluídas 55 notificações com local de residência ignorado

Através do Gráfico 4, ao voltar a análise para termos proporcionais a partir do número de mulheres por cada região, tem-se que a Macrorregião Norte apresenta o maior índice de violência de gênero, seguida da Região Noroeste, quando analisados os números a cada dez mil habitantes. Outro ponto de importante ressalva é a diferença nas notificações de violência registradas por homens e mulheres, no sentido que o público feminino se mostra mais vulnerável a situações de violência em todas as regiões, conforme se observa na Tabela 7.

Essa situação levanta um primeiro questionamento no que diz respeito à relação entre o possível acesso que um maior poder aquisitivo trás consigo às mulheres, uma vez que as macrorregiões de maior importância econômica no município de Campinas são as que apresentam índices elevados em denúncias de violência. É possível inferir, dentre tantas variáveis, que a identificação de violência está vinculada ao acesso à informações paralelas ao acesso da população de menor renda na cidade, o pode favorecer em grande monta o silenciamento feminino.

Gráfico 4: Notificações de violência contra a mulher a cada dez mil mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)



Fonte: SMS, SISNOV, Tabnet - Campinas. Adaptação própria.

Segundo a Tabela 8, os tipos de violências mais frequentes entre as notificações do público feminino foram: física e tentativa de suicídio. A violência sexual apresenta-se em terceiro lugar. Além disso, o autor da violência mais frequente é o cônjuge que inclui: esposo/companheiro e ex-cônjuge. Esse grupo que corresponde a 37,8% das notificações. (SISNOV, 2016).

Tabela 8: Notificações por principal violência contra a mulher no município de Campinas (SP)

Principal Violência	2015
Física	312
Tentativa de suicídio	120
Sexual	96
Psicológica	27
Demais	19
Total	574

Período: 2015.

Fonte: SISNOV - Campinas. Adaptação própria.

A violência contra a mulher, construída historicamente, possui raízes profundas que se relacionam a relações de classe, etnia, gênero e poder. Essa situação faz com que a violência ocorra na esfera pública e privada, a qualquer momento da vida da mulher. Neste sentido, numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade. Mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais. Estão mais sujeitas à violência e humilhação. (MIGUEL; BIROLI, 2014: 102)

“Con todo, estas cifras dramáticas no dejan de ser tan solo un ejemplo y, además, parcial. La violencia, que se puede definir como un ataque a la integridad física y mental de una persona, está presente en todas las sociedades a distintos niveles. Las formas que cada una de ellas elige para controlarla reflejan el valor que cada una le da al respeto mutuo, la tolerancia a las diferencias, los derechos humanos y la democracia. Aunque existen diferencias de país a país dependiendo de los niveles de éxito para erradicarla, es un fenómeno común y omnipresente.” (CRUZ, SAÉZ, 1996: 79).

6.2 Mapeamento dos dados referentes às mulheres em Campinas

A partir dos dados coletados sobre a dinâmica feminina em Campinas, foi possível construir uma cartografia básica no que diz respeito às diferentes características constituidoras das territorialidades que contribuem para a exposição à vulnerabilidades por parte das mulheres. Neste sentido, faz-se necessário analisar as dinâmicas territoriais propostas nos mapas a seguir, como forma de debate sobre as dimensões as quais contribuem para a desigualdade de gênero em Campinas.

Inicialmente, ao observar o Mapa 1, parte-se da análise da localização dos equipamentos públicos de atendimento às mulheres em Campinas. O predomínio de serviços voltados ao atendimento e combate à violência contra a mulher é evidente, em resposta ao paradigma das políticas públicas voltadas ao público, consequência da constante exposição a riscos de violência que as mulheres historicamente sofrem no decorrer da vida.

Percebe-se que a maior parte dos pontos se concentra na região central da cidade, fato que em certa medida se correlaciona com as redes de transporte que se confluem na região, o que em teoria facilita o acesso a esses locais. Ressalta-se que a região central da cidade é possuidora de urbanização mais adensada, com uma

ocupação historicamente consolidada. Assim, infere-se que o acúmulo de pontos na região central de Campinas é fator consequente da confluência dos fluxos urbanos.

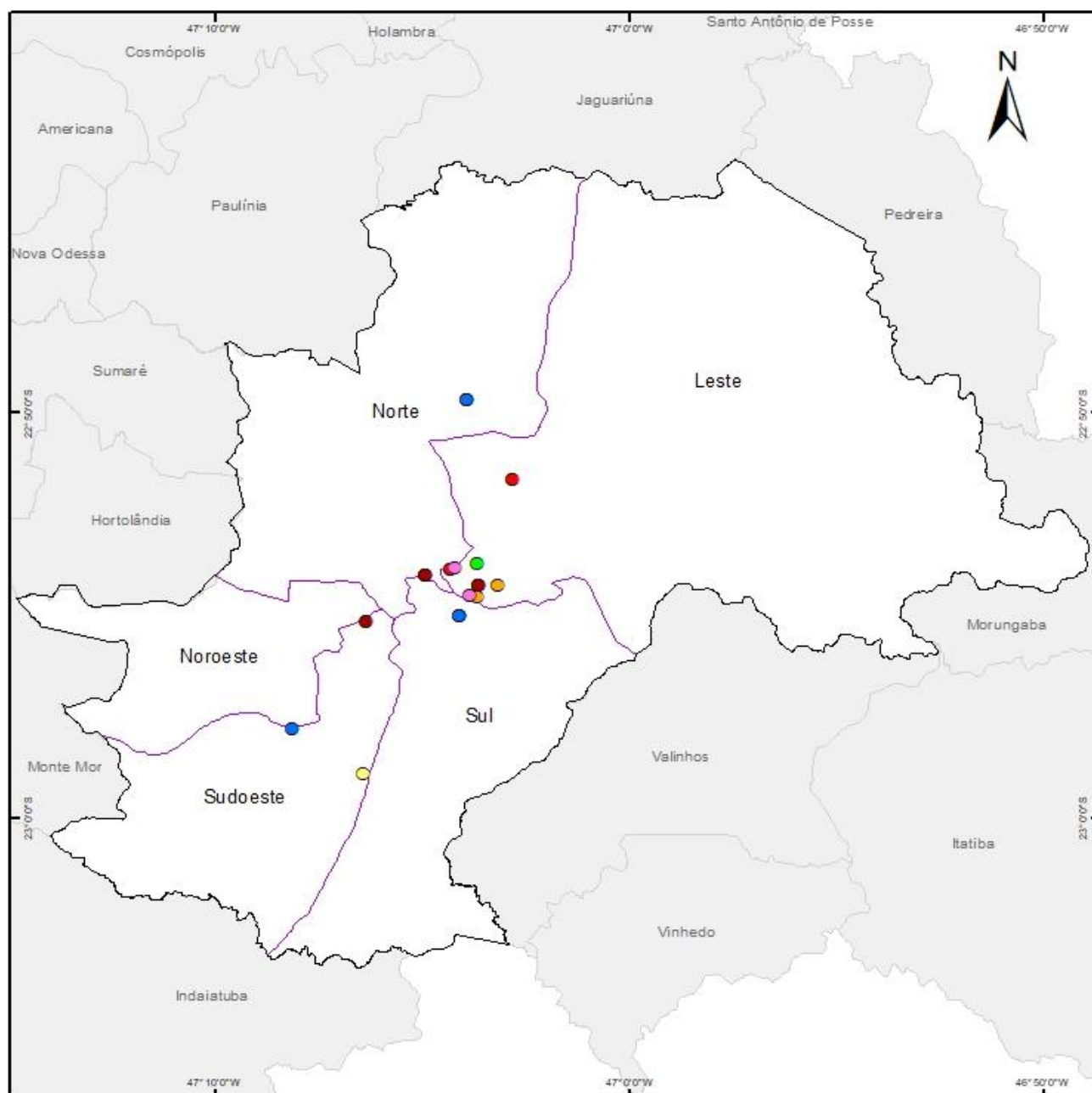
Retoma-se que as organizações territoriais são consequência e condicionantes das relações de gêneros construídas e hierarquizadas histórica, cultural e socialmente na população e nas instituições.

Neste sentido, ressalta-se que uma parte considerável dos equipamentos se encontra próximo ou nos limites definidos entre as macrorregiões. Além disso, nota-se que há baixa densidade na localização dos pontos, uma vez que a cidade conta com uma elevada população feminina, é gerida por uma rede que conta com menos de vinte estabelecimentos públicos, dentre os quais, a maioria se vincula a áreas como saúde e segurança.

Outro ponto importante de análise é que os equipamentos não estão bem distribuídos no sentido de grupos de atendimento à mulher. Assim, as localizações de locais de saúde, segurança, da Rede CEAMO, das políticas públicas, do atendimento ao público LGBT e da assistência não formam uma rede integrada nas macrorregiões de Campinas.

Dentre as macrorregiões, a Leste se destaca entre as demais por apresentar maior concentração de serviços, em direção à centralidade de Campinas. Contudo, não oferece equipamentos de saúde da mulher, espalhados entre as regiões Sul, Norte e Sudoeste, constituindo o grupo de equipamentos com localizações mais descentralizadas.

Localização de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)



Mapa 1: Localização de equipamentos públicos de atendimento às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP).
 Elaboração própria. 2017.

Prosseguindo a análise, no Mapa 2 é possível observar como se distribui a concentração de equipamentos de atendimento à mulher por macrorregião, sem levar em consideração, nesse momento, as divisões entre grupos de redes.

Nota-se que a aglomeração de pontos reside na região Leste. Em seguida, aparece a região Norte com o segundo maior número de equipamentos. Neste sentido, retoma-se a discussão proposta por Souza (2013), em que a concentração da riqueza de Campinas se insere no eixo Norte- Nordeste. Portanto, há intensa relação entre a presença de equipamentos e a importância econômica que essas macrorregiões em questão apresentam à cidade, uma vez que constituem importantes vetores de desenvolvimento econômico.

Ao observar a Tabela 9, nota-se que a relação de proporção entre o número de mulheres habitantes de cada macrorregião e a presença de equipamentos públicos é extremamente baixa. Portanto, as demandas do público feminino são incipientemente garantidas, no que diz respeito à existência e distribuição dos serviços de atendimento.

Tabela 9: Relação entre número de equipamentos públicos e total de mulheres por Macrorregião do município de Campinas (SP)

Macrorregião	nº equipamentos	nº mulheres
Sudoeste	3	99.444
Leste	6	121.883
Noroeste	0	70.356
Norte	4	98.146
Sul	1	141.809

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (2017). IBGE (2010). Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Adaptação própria.

Nota-se que a região Noroeste é a mais vulnerável no sentido da presença de equipamentos, uma vez que não abriga nenhum ponto de atendimento à mulher. Apesar disso, ressalta-se que a macrorregião conta com o principal complexo de transportes de Campinas, com a confluência de rodovias importantes, além da presença de terminais importantes de transporte público. Segundo a Prefeitura de Campinas (2017), a região possui cerca de 70% dos usuários de transporte público urbano.

Neste sentido, percebe-se que as mulheres moradoras da região Noroeste possuem a necessidade de se deslocar pela cidade a fim de serem atendidas pelos equipamentos públicos, uma vez que há escassez de serviços na proximidade dos locais de moradia.

Percebe-se, portanto, que o projeto defendido na criação das macrorregiões de centralizar as demandas e realizar a manutenção pública em conjunto com as necessidades da população não é de fato implantado eficazmente no território de Campinas, uma vez que há discrepâncias no que diz respeito à existência de locais de atendimento entre regiões.

Já no Mapa 3, que diz respeito às notificações de violência contra a mulher por macrorregião de Campinas, nota-se que proporcionalmente os índices são elevados em todas as localidades. Apesar disso, a macrorregião Norte apresenta os maiores índices de denúncias de violência.

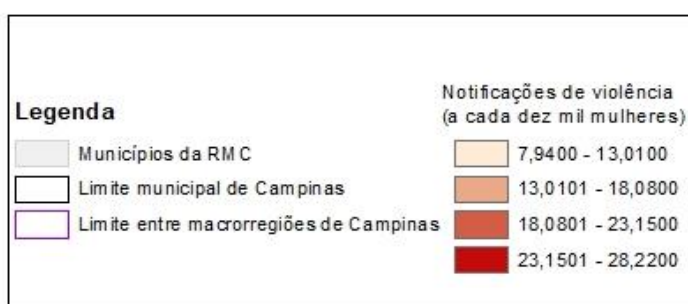
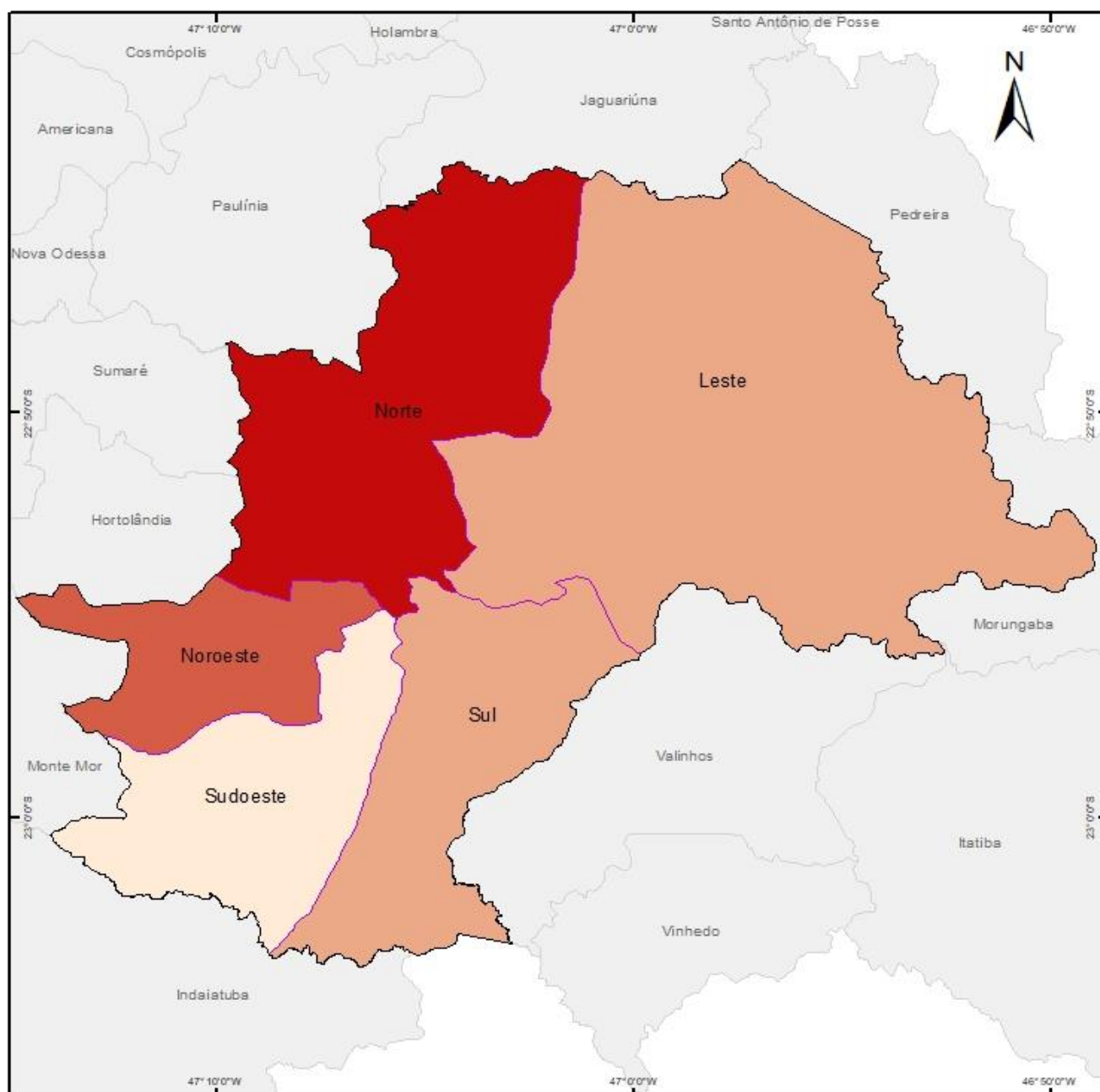
Este fato coloca em debate o fato da violência não estar necessariamente imbricada com condições sociais e econômicas as quais a população está exposta, uma vez que a região Norte representa importante vetor de desenvolvimento urbano e acumulação de riqueza, situação que não esteve diretamente envolvida com o número de notificações. Além disso, a macrorregião Sudoeste, apesar de possuir ocupação urbana recente e outros problemas socioeconômicos, apresenta menores índices de denúncia. Essa situação vai de encontro ao que foi observado nos mapas anteriores, os quais demonstram a prevalência de serviços de saúde, segurança e assistência que estão diretamente vinculados à situação de violência contra a mulher.

Neste sentido, ressalta-se que as notificações de violência, apesar de serem um excelente indicativo da situação de vulnerabilidade feminina no território, ainda são afetadas pelo silenciamento feminino nas situações de violência, por conta de inúmeros fatores culturais e relacionais.

A violência contra a mulher permanece como um problema que, dadas as circunstâncias de gênero, deve ser associada às diferenças sociais, econômicas, étnicas, sexuais, regionais entre outras. A combinação desses fatores revela quais são os públicos que representam as maiores vulnerabilidades a violações e agressões. Contudo, o acesso a informações por parte do poder público restringe a análise mais aprofundada nessas questões, uma vez que o cruzamento de identidades femininas na cidade não foi completamente possível em decorrência da escassez de informações sobre mulheres em Campinas.

Assim, é importante ressaltar que, quando se referencia a relação de Gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal (COSTA, 2008). Neste sentido, apesar do número de notificações de violência contra a mulher ser bem demarcado por macrorregiões, é importante ressaltar que não são todas as denúncias que chegam nas instâncias de atendimento à mulher, uma vez que muitas delas e o conjunto da sociedade não reconhecem os abusos como atos violentos.

**Notificações de violência contra a mulher
por macrorregião de Campinas (SP) a cada dez mil mulheres**



Mapa 3: Notificações de violência contra a mulher por Macrorregião de Campinas (SP) a cada dez mil mulheres.
Elaboração própria. 2017.

Ao voltar a análise para o Mapa 4, encontram-se características no que diz respeito à distribuição de renda pela população feminina de Campinas. Neste sentido, ressalta-se o predomínio da parcela “sem rendimento” entre as mulheres. Contudo, esse fato não necessariamente caracteriza esse grupo como o com menor renda, uma vez que a mulher, em muitos casos, se insere em um sistema de providência masculina, em que o homem é responsável pela (quase) totalidade da renda familiar.

Assim, é possível inferir que quanto menor o rendimento feminino, menor a autonomia que a mulher possui para a constituição de sua independência financeira, seja com relação ao parceiro/família, seja com relação à esfera pública, com relação à providência de serviços básicos. Portanto, a vulnerabilidade econômica feminina pode ser entendida como a incapacidade de construir sua autonomia de renda tanto na esfera privada como na pública.

A partir disso, as regiões Sudeste e Noroeste apresentam os maiores índices de vulnerabilidade feminina, enquanto a macrorregião Leste permanece como menos vulnerável, como é possível observar com a Tabela 10. Retoma-se que o eixo Sudeste- Noroeste concentra a faixa de urbanização incipiente em Campinas, com predomínio da população de baixa renda.

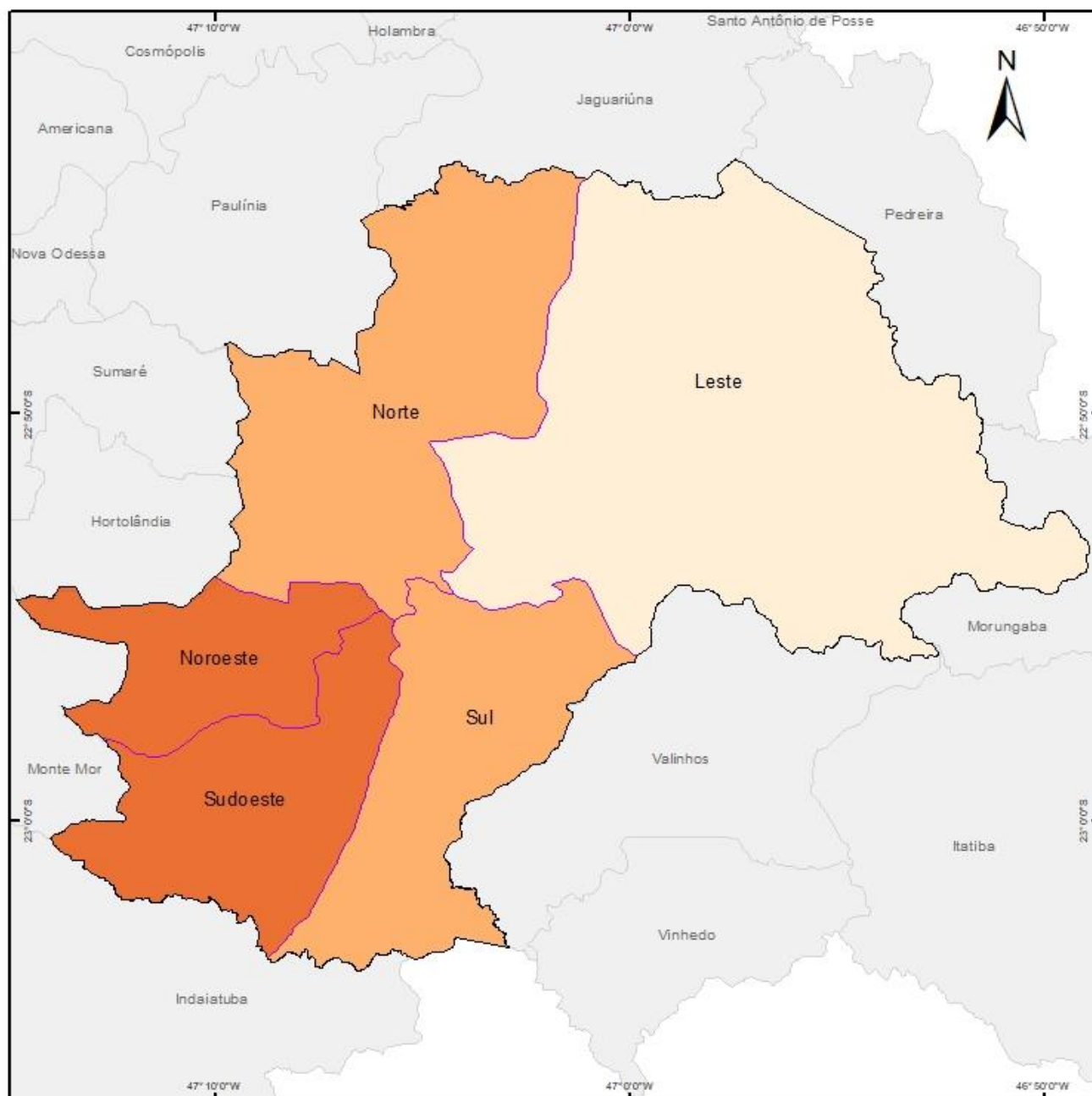
Tabela 10: Vulnerabilidade econômica feminina por Macrorregião de Campinas (SP)

Macrorregião	Grau de vulnerabilidade econômica feminina
Leste	25,55
Noroeste	30,63
Norte	28,33
Sudoeste	30,52
Sul	29,01

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (2017). IBGE (2010). Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Adaptação própria.

Portanto, a renda é uma das variáveis estruturantes da vulnerabilidade das mulheres no território uma vez que é delimitador de acessos. Quanto maior o grau de vulnerabilidade econômica, maiores entraves na mobilidade urbana e no acesso a serviços as mulheres possuem.

Grau de vulnerabilidade econômica feminina por macrorregião de Campinas (SP)



UNICAMP **IG** Escala 1:250000

Realização: Maria Júlia Buck Rossetto.

Sistema de Coordenadas - SIRGAS 2000
DATUM - SIRGAS 2000

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (2017) Vigilância Socioassistencial de Campinas,
IBGE (2010); Google Earth (2017).

Legenda

	Municípios da RMC	Vulnerabilidade
	Limite municipal de Campinas	 25,5500 - 26,8200
	Limite entre macrorregiões de Campinas	 26,8201 - 28,0900
		 28,0901 - 29,3600
		 29,3601 - 30,6300

Mapa 4: Grau de vulnerabilidade econômica feminina por Macrorregião de Campinas (SP).
Elaboração própria. 2017.

Finalizando o mapeamento das informações, a análise do Mapa 5 conclui a discussão acerca do debate da hostilidade dos territórios às mulheres a partir das variáveis abordadas anteriormente: localização dos equipamentos, concentração de notificações de violência contra a mulher e distribuição da vulnerabilidade econômica feminina por macrorregiões.

Inicialmente, ao realizar o cruzamento entre a presença de notificações e violência e a presença de equipamentos, conforme se observa na Tabela 11, nota-se que proporcionalmente, a região Noroeste apresenta a pior relação entre exposição à violência e rede de atendimento à mulher. Nesse caso, as mulheres habitantes da macrorregião, apesar de notificarem as denúncias de violência, não possuem nenhum equipamento da rede a recorrer próximo ao local de moradia, o que dificulta o acesso ao atendimento. Por outro lado, a macrorregião Sudoeste possui o saldo mais positivo entre as variáveis em questão, uma vez que apresenta o menor índice de violência e abriga três equipamentos da rede pública voltada à mulher em Campinas. Além disso, ao observar a relação entre as notificações e o grau de vulnerabilidade econômica feminina por macrorregião, nota-se que o Leste continua a apresentar índices significativamente positivos no que diz respeito a denúncias de violência e presença de equipamentos.

Tabela 11: Relação entre notificações de violência contra a mulher e equipamentos públicos de atendimento às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)

Macrorregião	Notificações (a cada 10 mil mulheres)	nº de equipamentos
Norte	28,22	4
Noroeste	22,31	0
Sul	13,47	1
Sudoeste	7,94	3
Leste	17,56	6

Fonte: SMS, SISNOV, Tabnet - Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas (2017) e Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres - Governo Federal (2016). Adaptação própria.

Sob a perspectiva da relação entre o número de notificações e a vulnerabilidade econômica feminina por macrorregiões, nota-se que o Noroeste continua apresentando maior suscetibilidade, uma vez que constitui a pior situação

econômica feminina, além de apresentar elevados índices de violência contra a mulher, como é possível analisar a partir da Tabela 12.

Além disso, apesar de apresentar os menores níveis de violência, a macrorregião Sudoeste possui o maior grau de vulnerabilidade econômica feminina. Neste ponto, retoma-se a discussão sobre as notificações de violência em um espaço no qual a mulher é condicionada a não identificar e a não denunciar os episódios de violação, discriminação e agressão. Dessa forma, não é possível estabelecer uma relação direta entre a vulnerabilidade de rendimentos e as notificações de violência, uma vez que neste sentido, a realidade é socialmente construída e mantida a partir de relações sociais que ultrapassam as distinções socioeconômicas.

Tabela 12: Relação entre notificações de violência contra a mulher e vulnerabilidade econômica feminina por Macrorregião de Campinas (SP)

Macrorregião	Notificações (a cada 10 mil mulheres)	Grau de vulnerabilidade econômica
Norte	28,22	28,33
Noroeste	22,31	30,63
Sul	13,47	29,01
Sudoeste	7,94	30,52
Leste	17,56	25,55

Fonte: SMS, SISNOV, Tabnet - Campinas. IBGE (2010). Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Adaptação própria.

No contexto apresentado pela Tabela 13, percebe-se que a macrorregião Noroeste permanece com a pior relação, neste caso entre a vulnerabilidade econômica feminina e a oferta de equipamentos públicos de atendimento às mulheres. Neste sentido, ressalta-se que, além disso, a macrorregião está propícia a dificultar a mobilidade feminina pelo restante do território de Campinas, uma vez que a renda pode constituir fator delimitante na circulação urbana. Portanto, a acessibilidade das mulheres à rede integrada de atendimento é baixa na região.

Por outro lado, a macrorregião Leste apresenta a relação mais positiva entre as demais localidades, uma vez que abrange a maior parte dos serviços de atendimento à mulher e a melhor relação de rendimentos femininos. Retoma-se que a região apresenta, em direção à porção central de Campinas, a urbanização mais

consolidada da cidade, fator que favorece a implantação de equipamentos públicos. Além disso, uma vez que as mulheres da macrorregião apresentam menos suscetibilidade de renda, o acesso a outros serviços, que não sejam de configuração pública e/ou não estejam diretamente integrados à rede de atendimento em questão, é considerado.

Tabela 13: Relação entre vulnerabilidade econômica feminina e equipamentos públicos de atendimento às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)

Macrorregião	Grau de vulnerabilidade econômica feminina	nº de equipamentos
Norte	28,33	4
Noroeste	30,63	0
Sul	29,01	1
Sudoeste	30,52	3
Leste	25,55	6

Fonte: IBGE (2010). Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas (2017) e Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres - Governo Federal (2016). Adaptação própria.

Finalizando a análise, com base na Tabela 14, produto do cruzamento das três variáveis abordadas no decorrer desta monografia, conclui-se que as cinco macrorregiões apresentam hostilidade territorial às mulheres em diferentes níveis, uma vez que nenhuma delas se isenta dos fatores que constituem a vulnerabilidade feminina, fato que se relaciona às construções históricas e culturais que embasam a manutenção da sociedade,

Contudo, ressalta-se que a macrorregião Leste apresenta baixo grau de hostilidade às mulheres em Campinas, uma vez que a correlação entre equipamentos, vulnerabilidade econômica e notificações de violência se sobressai mais positiva entre as demais regiões. Esse resultado se deve à integração de fatores econômicos e das dinâmicas territoriais urbanas os quais essa porção da cidade esteve historicamente exposta.

Já o Sudoeste, apesar da alta vulnerabilidade econômica, possui um baixo nível de hostilidade territorial uma vez que apresenta baixos índices de notificação de violência e considerável concentração de equipamentos de atendimento à mulher (que por sua vez, estão integrados à rede como serviços de saúde, filantropia e

segurança). Neste caso, reflete-se sobre a realidade das denúncias de violência, que de certa forma, não chegam de maneira homogênea a todas as mulheres. A macrorregião Sul, por sua vez, constitui o segundo menor grau de hostilidade, por apresentar variáveis que, no conjunto, não fomentam maiores exposições à riscos por parte das mulheres.

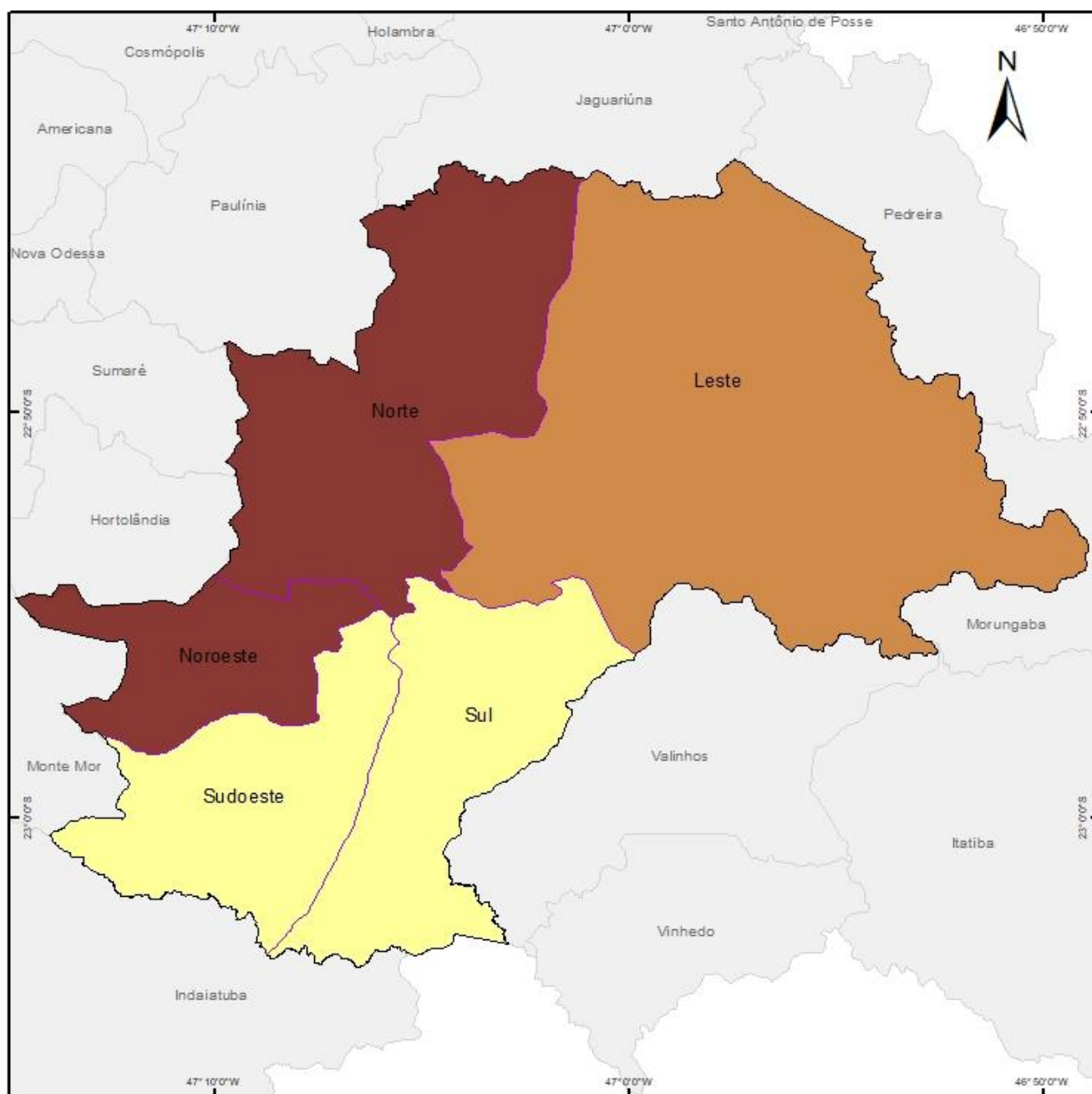
As macrorregiões Norte e Noroeste, quando em comparação com as demais regiões, se apresentam como as mais hostis. A hostilidade se sobressai em ambos os casos por conta de pesos diferentes entre as variáveis analisadas. Contudo, ressalta-se que o Noroeste, em todas as análises, sempre se manteve entre os piores índices. De ocupação urbana incipiente e marcada pela concentração de baixos índices de renda, além da inexistência de equipamentos públicos de atendimento à mulher, se constitui como o território mais hostil para as mulheres de Campinas, decorrente dos entraves na mobilidade, no acesso e na assistência de mulheres, além de características relacionais que dificultam a vivência plena da cidadania feminina na região.

Tabela 14: Graus de hostilidade territorial às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP)

Macrorregião	Grau de hostilidade territorial
Noroeste	3,33
Norte	3,16
Leste	3,0
Sul	2,33
Sudoeste	2,16

Fonte: elaboração própria.

Grau de hostilidade territorial às mulheres por macrorregião de Campinas (SP)





 Escala 1:250000

Realização: Maria Júlia Buck Rossetto.

Sistema de Coordenadas - SIRGAS 2000
 DATUM - SIRGAS 2000

Fonte: SISNOV (2016), Prefeitura Municipal de Campinas (2017),
 Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres - Governo
 Federal (2016) e Vigilância Socioassistencial de Campinas.
 IBGE (2010); Google Earth (2017).

Legenda

 Municípios da RMC

 Limite municipal de Campinas

 Limite entre macrorregiões de Campinas

Grau de hostilidade

 2,1600 - 2,4525

 2,4526 - 2,7450

 2,7451 - 3,0375

 3,0376 - 3,3300

Mapa 5: Grau de hostilidade territorial às mulheres por Macrorregião de Campinas (SP).
Elaboração própria. 2017.

Conclui-se que, apesar da prevalência de hostilidades na região Noroeste, o território urbano como um todo se apresenta como hostil às mulheres. A relação entre variáveis constitui a análise preliminar desta monografia, o que não isenta outras dimensões que podem ser agregadas às relações pré-estabelecidas no decorrer do estudo, uma vez que as realidades territoriais vivenciadas pelas mulheres são permeadas por condições construídas e reforçadas cotidianamente.



7. Considerações Finais

Segundo Silva (2009), refletir sobre os atos investigativos na produção de versões da realidade, que também produzem a própria realidade, requer uma atitude ética e um claro compromisso político que implica pensar que nossos resultados de pesquisa acabam por compor a própria realidade investigativa. Deste modo, após a junção dos diferentes dados analisados, nota-se que há uma contradição em relação às mulheres, a qual perdura por diferentes razões, como a persistente cultura de subordinação da mulher,

Neste sentido, a dificuldade na obtenção de dados e estudos sobre mulheres em sua dinâmica urbana em Campinas é bastante sintomática. As plataformas de acesso a informações eram restritas a dados descritivos sem nenhum tipo de tratamento prévio, que foi necessário ser feito no decorrer da pesquisa a partir dos pressupostos estabelecidos. Além disso, a escolha de análise com base nas macrorregiões se deu por conta da ineficácia de um debate escalar mais detalhado, em consequência da inexistência de dados em escalas maiores da cidade (como bairros, regiões administrativas, por exemplo).

Ademais, sabe-se que a análise proposta nesta monografia não reflete a totalidade da realidade feminina em Campinas, uma vez que variáveis como cor, orientação sexual e religião, por exemplo, não foram encontradas nas plataformas pesquisadas. Essas características (dentre tantas outras) deveriam ser consideradas em qualquer estudo sobre mulheres, uma vez que a exposição a vulnerabilidades e hostilidades sociais, culturais e territoriais está estritamente interligada a essas caracterizações.

Outro ponto a ser levado em consideração é que a manifestação geográfica de abordagem dos estudos de gênero constitui uma discussão que aos poucos vem se tornando cada vez mais presente. Isso faz a geografia feminista venha contribuindo sensivelmente com a geografia cultural contemporânea, por meio da incorporação de gênero, identidade e representação no espaço social. (SILVA, 2009: 120).

Contudo, apesar do reconhecimento de que nos últimos anos muito se tem avançado em diversas pautas dos movimentos de mulheres, principalmente no que diz respeito à busca pela garantia de direitos, devem ser considerados questionamentos, obtidos através das análises, no que diz respeito a eficácia das políticas de inclusão das mulheres para a conquista da plena cidadania, ou a forma

como o poder público se porta sobre a manutenção da rede de atendimento às mulheres.

Ressalta-se, por exemplo, que, apesar de existência, a rede integrada de atendimento à mulher não proporciona o pleno aproveitamento de seus serviços, uma vez que não é acessível a toda a população, por conta da concentração de localizações e de serviços oferecidos. Assim, questiona-se sobre até que ponto as demandas e propostas de inclusão feminina conseguem transformar a base hegemônica e patriarcal que alimenta as desigualdades e continua a manter as mulheres em situações de vulnerabilidade. Neste sentido, retoma-se que a vulnerabilidade deve ser entendida, segundo Monteiro (2011), como um produto do desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade desenvolvida por atores sociais para aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos que preservem a deterioração de recursos pessoais, de direitos e em relações sociais. Dessa forma, o Estado e a construção histórica e cultural do patriarcado e do machismo devem ser compreendidos como produtores de práticas sociais excludentes às mulheres, materializadas sobre as dinâmicas vigentes no território.

Deste modo, o território pode ser encarado como um elemento que em conjunto com outros atores atua na construção coletiva, podendo potencializar o fortalecimento ou a degradação da cidadania através de práticas que contribuem para exposições a riscos de vulnerabilidades com bases na desigualdade de gênero, como é o caso da discussão deste trabalho.

Portanto, as hierarquias nas duas esferas, privada e pública, potencializam uma posição de maior vulnerabilidade para as mulheres, relativamente aos homens, na medida em que restringem sua autonomia de diversas maneiras - do controle sobre o próprio corpo ao acesso a recursos materiais e simbólicos que viabilizam o autogoverno. (MIGUEL; BIROLI, 2014: 113).

“Assim, esses espaços instituem uma identidade feminina que, além de sua desvantagem econômica, está sujeita a outros códigos de poder e hierarquia que se estabelecem com maior propriedade dentro do contrato social. Os valores de igualdade, liberdade e cidadania são permeados por códigos de honra instituídos nas relações cotidianas, que são altamente reguladas pela coletividade no espaço cotidiano.” (SILVA, 2009: 127).

Portanto, a constituição de níveis de hostilidade no território se relaciona diretamente com a maneira como as desigualdades de gênero que recaem sobre as

mulheres se materializam, sejam como fluxos, fixos ou funções territoriais. Às mulheres se destina a constante exposição a riscos relacionados à violência, discriminação, entraves de acessibilidade e ineficácia de políticas públicas, entre tantas outras dimensões cotidianas. Ressalta-se que qualquer posição de pessoas ou grupos envolvendo distintas facetas indenitárias deve ser imaginada tanto pelos múltiplos espaços sociais como pelos polos de cada dimensão. Assim, centro e margem, dependendo do recorte de elementos que estão tensionados, constituem configurações diferentes. (SILVA, 2009: 87).

No caso desta pesquisa, o estudo sobre a hostilidade territorial sobre as mulheres se fez com base em variáveis relacionais (violência, renda) e objetivas (presença de equipamentos públicos de atendimento). Contudo, é necessário enfatizar que não é somente com a eleição destes elementos que os estudos de desigualdade de gênero devem ser embasados. É evidente a urgência em aprofundamentos sobre a realidade feminina no território a partir de características que permitam maiores discussões sobre o processo de formação espacial do local, além das características das relações que lhe dão sentido, como elementos de sociabilidade, os valores instituídos, as redes de poder, e assim por diante. (SILVA, 2009: 124).

Concluindo, se identificar como mulher em um território construído com bases desiguais entre os gêneros é ato de resistência. É ter consciência que as bases materiais e imateriais da cidade são hostis desde sua constituição até sua manutenção. É estar exposta a riscos constantes de violação da autonomia e de deturpação do sentimento de independência. Ser mulher é estar em constante alerta sobre as condições impostas no território. Ser mulher é querer saber mais sobre o que a cidade nos oferece, para buscar por novas bases de desenvolvimento e permanência feminina no espaço urbano.



8. Referências Bibliográficas

BAENINGER, Rosana; GONÇALVES, Renata Franco de Paula. Novas Espacialidades no Processo de Urbanização: A Região Metropolitana de Campinas. S/d.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudo Avançados*, 17 (49), 2003.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 3ª ed. Tradução de Arlene Caetano.

BRYAN, Francisco. Mobilidade urbana em Campinas: análise do espaço de circulação. 2011. 155 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287106>>.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA de, Rayssa Silva; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. São Pedro/SP. 2014.

CRUZ de la, Carmen; SAÉZ, Flora. Violencia contra las mujeres, lacra universal. *VIENTO SUR* Número 28/Octubre 1996.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana Gracia. Gênero e distribuição da justiça: as delegacias da defesa da mulher das diferenças. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2006. 283 p., il. (Encontros).

DIAS, Karen e BLECHA, Jennifer. Feminism and Social Theory in Geography: An Introduction. *The Professional Geographer*, 59 (1), p. 01–09, 2007.

DUNCAN, James Stuart. The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FONSECA, Helena Rizzatti. A urbanização contemporânea de Campinas e o processo de constituição da região do Jardim Campo Belo. In: VI Semana de Geografia da Unicamp, 1., 2010, Campinas. Anais Campinas: [online: <http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2010>].

FONSECA, Helena Rizzatti. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. *Revista Rua | Campinas | Número 21 – Volume 2 | Novembro 2015 | p. 221 – 245.*

FRANÇA, Georgeana Barbosa; PEREZ, Julian Cassarino; ISAGUIRRE, Katya Regina; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento da cidadania. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, Curitiba, 16: 294-306 vol.3. s/d.

GOMES, Nadielene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO, Tâmara Maria de Freitas. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul Enferm* 2007;20(4):504-8.

HARSBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In Correa, R. e Rosendhal, Z.(org.) *Manifestações da cultura do Espaço*, Eduerj, Rio de Janeiro, 1998.

HOGAN, Joseph Daniel; CUNHA da, José Marcos Pinto; CARMO do, Roberto Luiz; OLIVEIRA de Antonio Augusto Bitencourt. Urbanização e vulnerabilidades socioambientais diferenciadas: o caso de Campinas. Anais do XII Encontro Nacional da Abep, Caxambu, 2000.

HOSPODAR, Rodrigo Ramos; VALVERDE, Felipe. Transformações no conceito de território: Competição e mobilidade na cidade. *GEOUSP. Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 15, pp. 119 - 126 2004.

JÚNIOR, Wagnervalter Dutra; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A geografia da acumulação - reflexões acerca dos territórios do trabalho abstrato e da riqueza abstrata. *Revista Pegada* – vol. 11 n.1. Junho 2010.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc. São Paulo*, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

KNOPP, Larry. On the Relationship Between Queer and Feminist Geographies. *The Professional Geographer*, 59 (1), p. 47–55, 2007.

LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess. Implementação de Políticas Públicas e desafios ao enfrentamento da violência contra a mulher. II Semana de Pós Graduação em Ciências Políticas: Repensando as trajetórias do Estado político brasileiro. Universidade Estadual de São Carlos. 2014.

MCDOWELL, Linda. *Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MESTRE, Ana Paula; FONSECA, Helena Rizatti. O Plano Diretor e a regionalização como ferramenta do planejamento de Campinas: uma análise da região do Jardim Campo Belo. *Boletim Campineiro de Geografia*. V.1, n.1, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTERO, Justa. Las mujeres en el nuevo escenario internacional. *VIENTO SUR* Número 28/Octubre 1996.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate, Pelotas*, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

NETO, Antonio Firmino de Oliveira; CRIVELATTI, Daiane Quelim. Entre a fronteira vivida e a fronteira percebida: os agentes públicos no espaço de fronteira internacional. *Vista do Centro de Educação, Letras e Saúde da UNIOESTE - Campus de Foz do Iguaçu*. 15 nº 2 p. 2º semestre de 2013.

NASCIMENTO do, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. *SERV. SOC. REV., LONDRINA*, V. 16, N.1, P. 66-88, JUL./DEZ. 2013.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história* / Michelle Perrot : tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PUPPIN, Andrea Brandão; MURARO, Rose Marie. *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, c2001. 173p.

ORNAT, Marcio José. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. *Terr@Plural*, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322 , jul./dez., 2008.

REIS, Maíra Lopes. ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. *ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ*, N. 38, P.XX-XX, JUL./DEZ. DE 2015.

RIBEIRO, Tamires Almeida; FRANÇA, Fabiane Freire. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina. 2014.

RIZZATTI, Helena. A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade. *Revista Rua. Campinas nº21. Volume 2*. 2015. | p. 221 – 245.

ROSE, Gillian. *Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge*. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. As Geografias da Modernidade - Geografia e gênero - mulher, trabalho e família, o exemplo da área de Ribeirão Preto - SP. *Revista do Departamento de Geografia* n.12, p.7-26, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In. _____ [Org.]. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 23-77.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Ed. USP, 2007. Texto original de 1987.

SANTOS, Milton de Almeida. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil. Ago 1996.

SILVA da, Susana Maria Veleda. GEOGRAFIA E GÊNERO / GEOGRAFIA FEMINISTA - O QUE É ISTO? *Boletim Gaúcho de Geografia*. 23: 105 - 110, março, 1998.

SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, Nº. 22, P. 97-109, Jan./Dez. de 2007.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre o espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. 313 p., il. ISBN 9788562450013 (broch.).

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional* 8(1): 31-45. Verão, 2003.

SILVA da, Susana Maria Veleda. Geografia e Gênero/ Geografia Feminista - O que é isto? *Boletim Gaúcho de Geografia*, 23: 105 - 110, março, 1998.

SCOFIELD, Thereza Helena Prates. Mídia e mulheres: um percurso compartilhado dos Estudos Culturais. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF*. Vol.2, nº1. Julho 2008.

SCOTT, J.W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Traduzido pela SOS Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

SOUZA, André Braga de. Mobilidade urbana na região metropolitana de Campinas: os casos de Campinas, Hortolândia e Indaiatuba. Orientação de Claudete de Castro Silva Vitte. Campinas, SP: [s.n.], 2013. 89 f., il. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000927799&opt=1>>

SOUZA, Maria Adélia de (org). *A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas*. Campinas-SP: Territorial, 2008.

SAFFIOTI, Heleith I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad. Pagu* no.16 Campinas 2001.

VARGAS, Glória Maria. Quem tem direito ao território? *Bol. Goia. Geogr. (Online)*. Goiânia, v. 37, n. 1, p. 74-90, jan./abr. 2017.

Sites consultados

CAMPINAS, Secretaria de Planejamento, desenvolvimento urbano e meio ambiente. Disponível em <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/>. Acesso em novembro de 2017.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Publicações. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/index.php>. Acesso em setembro de 2017..

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em <http://www.campinas.sp.gov.br/>. Acesso em novembro de 2017.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Saúde. Sistema de Notificação de Violências - SISNOV Boletim nº 9. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim9.html>. Acesso em outubro de 2017..

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Saúde. Sistema de Notificação de Violências - SISNOV Boletim nº 10. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim9.html>. Acesso em novembro de 2017.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em setembro de 2017.

IBGE. Bases e Referências (2015). Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>. Acesso em dezembro de 2017.

CAMPINAS, PMAS - Plano Municipal de Assistência Social 2014 - 2017. Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social - SMCAIS. Disponível em campinas.sp.gov.br/arquivos/cidadania/pmas-2014-2017. Acesso em dezembro de 2017.

CAMPINAS, Relatório de Informações Sociais de Campinas (2016). Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar. Vigilância Socioassistencial de Campinas. Disponível em <https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/relatorios/relatorio-de-informacoes-sociais-do-municipio-de-campinas>. Acesso em outubro de 2017.

CAMPINAS, Mapa de serviços (INFOMAP). Disponível em <http://mapaservicos.campinas.sp.gov.br/>. Acesso outubro de 2017.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf

SÃO PAULO, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Violência contra a mulher. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/ViolenciaMulher.aspx>.

Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal. Mapa da violência de 2015. Disponível em <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/pesquisas-e-publicacoes>. Acesso em setembro de 2017.

Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal. Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Disponível em https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php. Acesso em dezembro de 2017.
